

Revista **Águas** do rio Doce

Fortalecendo a gestão das águas pelo desenvolvimento sustentável

Ano V - Nº 09 - Edição especial 2009

Circulação Dirigida - R\$ 8,50

agricultura
&
meio ambiente

O desafio da sustentabilidade



Pagamento por Serviços Ambientais

Produtores da bacia do rio Benevente recebem os primeiros cheques



GranExpoES 2009

A cidade encontra o campo no maior evento do Espírito Santo



Temos um plano

Nova fase na gestão das águas da bacia do rio Doce



Mudança climática

Fórum Regional em Ipatinga incentiva criação de políticas públicas



NOVO PEDEAG

O Novo Pedeag conta com vários reforços e um objetivo: desenvolver a agricultura capixaba ainda mais.

O desenvolvimento da agricultura capixaba ganhou novos reforços. Os membros do Comitê Estadual do Novo Pedeag já tomaram posse. Além disso, os investimentos previstos no plano foram ampliados em mais de 70%, alcançando o valor de R\$ 118 milhões. Iniciativas que mostram a consolidação e o reconhecimento do setor agropecuário para a economia e o crescimento do Espírito Santo. É o campo cada vez mais forte para produzir ainda mais.

COMITÊ ESTADUAL DE GESTÃO DO NOVO PEDEAG

NÚCLEO GESTOR

Ricardo Ferreira dos Santos – Presidente
 Antônio Elias Souza da Silva – Coordenador Geral
 Jarbas Ribeiro Assis Júnior – Coordenador Administrativo
 Gilmar Gusmão Dadalto – Diretor técnico do Idaf
 José Luis Demonner – Diretor técnico do Idaf
 Carmo Rubilotta Zeitune – Diretor técnico da Ceasa/ES
 Wolmar Roque Loss – Assessor técnico da Seag
 Luiz Son – Assessor técnico da Seag
 Ludovido José Maso – Assessor técnico da Seag
 Vera Maria Simoni Nacif – Assessora especial da Seag
 Daisy Alexandra R. Burns Muzzi – Assessora especial da Seag

COORDENADORES EXECUTIVOS SETORIAIS E TEMÁTICOS

Cafeicultura – Romário Gava Ferrão
 Pecuária bovina – Pedro Carlos Cani
 Fruticultura – Dalmo Nogueira da Silva
 Silvicultura e recursos naturais – Pedro Artindo Galveas
 Agroenergia/biodiesel – Marcio Adônis Miranda Rocha
 Agroenergia/etanol – Nelson Elio Zanotti
 Agricultura orgânica/floricultura – Letícia Toniato Simões
 Agricultura familiar – Luis Carlos Leonardi Bricalli
 Valorização da juventude rural – Célia Kiefer
 Desenvolvimento agrário – Astor Fernando Wülfing
 Comercialização e mercados – Hermeval Guerini

Crédito rural – Jainer José Abdalah Mendonça
 Cacau – Antônio Carlos Benassi
 Olericultura/hortaliças – Carlos Alberto Simões
 Avicultura e suinocultura – Nélio Hand
 Infraestrutura rural/eletrificação e telefonia rural – Sirval Perin
 Infraestrutura rural/habitação rural – Célia Kiefer
 Infraestrutura de estradas e barragens no meio rural – Anselmo V. Motta
 Pesca e aquicultura – Antônio Carlos Cavalcante
 Atividades rurais não agrícolas – Durnedes Maestri
 Pimenta-do-reino e outras especiarias – Wellington Secundino

COMITÊ ESTRATÉGICO ESTADUAL DE GESTÃO

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo (Faes)
 Júlio da Silva Rocha Junior
 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (Fetaes)
 Joel de Abreu
 Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Espírito Santo (OCBES)
 Estélio Colnago
 Superintendência Federal da Agricultura no Espírito Santo (MAPA)
 José Arnaldo de Alencar
 Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Espírito Santo (MDA)
 Valério Ribon
 Superintendência Regional do Espírito Santo – Conab/ES
 Brício Alves Santos Júnior

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/ES)
 João Felício Scárdua
 Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (Incaper)
 Evair de Mello
 Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf)
 Antônio Francisco Possatti
 Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (Ceasa)
 Luiz Carlos Prezote Rocha
 Fórum de Secretários Municipais de Agricultura (Fosemag)
 Luiz Carlos Brioschi
 Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (MEES)
 Robson Leite Nascimento
 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama)
 Maria da Glória Abaul Brito
 Banco do Brasil
 Luiz Carlos Moscardi
 Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes)
 José Antônio Bof Buffon
 Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes)
 Geanes Fiorini
 Banco do Nordeste (BNB)
 José Mendes Batista
 Caixa Econômica Federal (CEF)
 Antônio Carlos Ferreira
 Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob)
 Bento Venturim

Carta ao Leitor

A agricultura e o meio ambiente de mãos dadas em direção à sustentabilidade. É tudo o que sonhamos.

Parte desse sonho vimos ser realizada durante a GranExpoES 2009. Os diversos elos de várias cadeias produtivas rurais foram reunidos no mesmo espaço - produtores, técnicos, empresários, o meio acadêmico e o consumidor. Foi realmente um espaço democrático de debates, com foco na sustentabilidade.

Mas, na prática, nem sempre funciona assim. Na maioria das vezes os compromissos socioambientais acabam sendo descumpridos por falta de integração entre os parceiros. Falta diálogo. De um lado, ficam os que se autointitulam guardiões do meio ambiente. Do outro os tachados como malvados destruidores da natureza.

Nesta edição o que tentamos passar para o leitor é que ainda há esperança. Os passos começam a ser dados por todo lado. O Espírito Santo sai na frente e, num ato de justiça, remunera os produtores que preservam.

A bacia hidrográfica do rio Doce ganha o primeiro instrumento efetivo previsto na Lei Federal 9.433, a Lei das Águas. O Plano de Bacia será peça fundamental na gestão dos recursos hídricos e, portanto, do desenvolvimento da região.

Indiretamente, todo o Espírito Santo acabará sendo beneficiado com este plano. Primeiro, pela melhoria da qualidade de vida dos moradores dos 30 municípios capixabas da bacia. Segundo, porque tudo leva a acreditar que a Grande Vitória em breve poderá usar água do Doce para seu abastecimento, através de um sistema de transposição de águas.

Cuidemos das nossas águas. Das nossas matas. Das nossas terras.

Edmilson Costa Teixeira

Pedro Paulo de Oliveira Martins

Zaira de Andrade Paiva

ÍNDICE

06

Pagamento por Serviços Ambientais - Apoio justo a quem preserva



22

PIRH Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - E agora?



30

GranExpoES 2009 - Quando o meio rural é a estrela



74

Espaço das Águas - 3º Fórum Regional de Mudanças Climáticas



Sempre com a gente:

Artigos: 08, 10, 12, 13, 15, 20, 23, 32, 38, 42, 44, 46, 52, 54, 58 e 70

Território da Memória: 11

Parcerias e Investimentos: 11, 17, 24 e 78

Bom Exemplo: 26 e 27

Acontece no lema: 28 e 29

Nas Águas do Doce: 76 e 77

Espaço das Águas: 72 e 73

Revista **Águas**
do rio Doce

Edição: Zaira Andrade - MTb-3169/MG

Redação: Fabiane Arêdes MG10280JP

Copydesk: Iberê Paiva

Revisão: Iberê Paiva, Carlos Alberto Fontinha - MTb-417

Adaptação do projeto gráfico e diagramação:

Héctor Antonio Boeno Menéndez - hectordesigner@hotmail.com

Capa: foto de Thiago Guimarães/Secom

Fotografias: Abnel Agência de Fotografia, André Dalmásio,

Antônio Ruy, Bete Cervi, Cláudio Costa, Edilene Puccini,

Fabiane Arêdes, João Paulo, Jovan Demoner, Mário Carvalho,

Pedro Fabiano, Thiago Guimarães, Werlen Carvalho, acervos

da Associação Projeto Águas do Rio Doce, da Extrema Eventos

Alma do Rio e Secom, assessorias de comunicação Faes/

Senar, Funasa, Seama/Iema, Seag, Sect, prefeituras de Afonso

Cláudio, Alfredo Chaves, Santa Teresa e Vila Velha.

Colaboração: Ana Clara Silva, Eloá Campos, Gessiano Nunes,

Janaína Lima Pereira, Juliana Nunes Cristo, Karla Libardi, Maria

de Fátima Q. Martins, Maria Fernanda, Paulo Randow,

Werlen Carvalho.

Impressão: Gráfica Brasil - Líder / Caratinga-MG

gbrasilider@prodatanet.com.br

Tiragem: 10 mil exemplares

Fale conosco: redacao@aguasdoriodoce.com.br,

comercial@aguasdoriodoce.com.br,

financeiro@aguasdoriodoce.com.br

CP 13 - Dom Cavati-MG / CEP: 35 148-000 /

Telefone: (33) 3357 1399

Uma publicação do:

Projeto Águas do Rio Doce

www.aguasdoriodoce.com.br

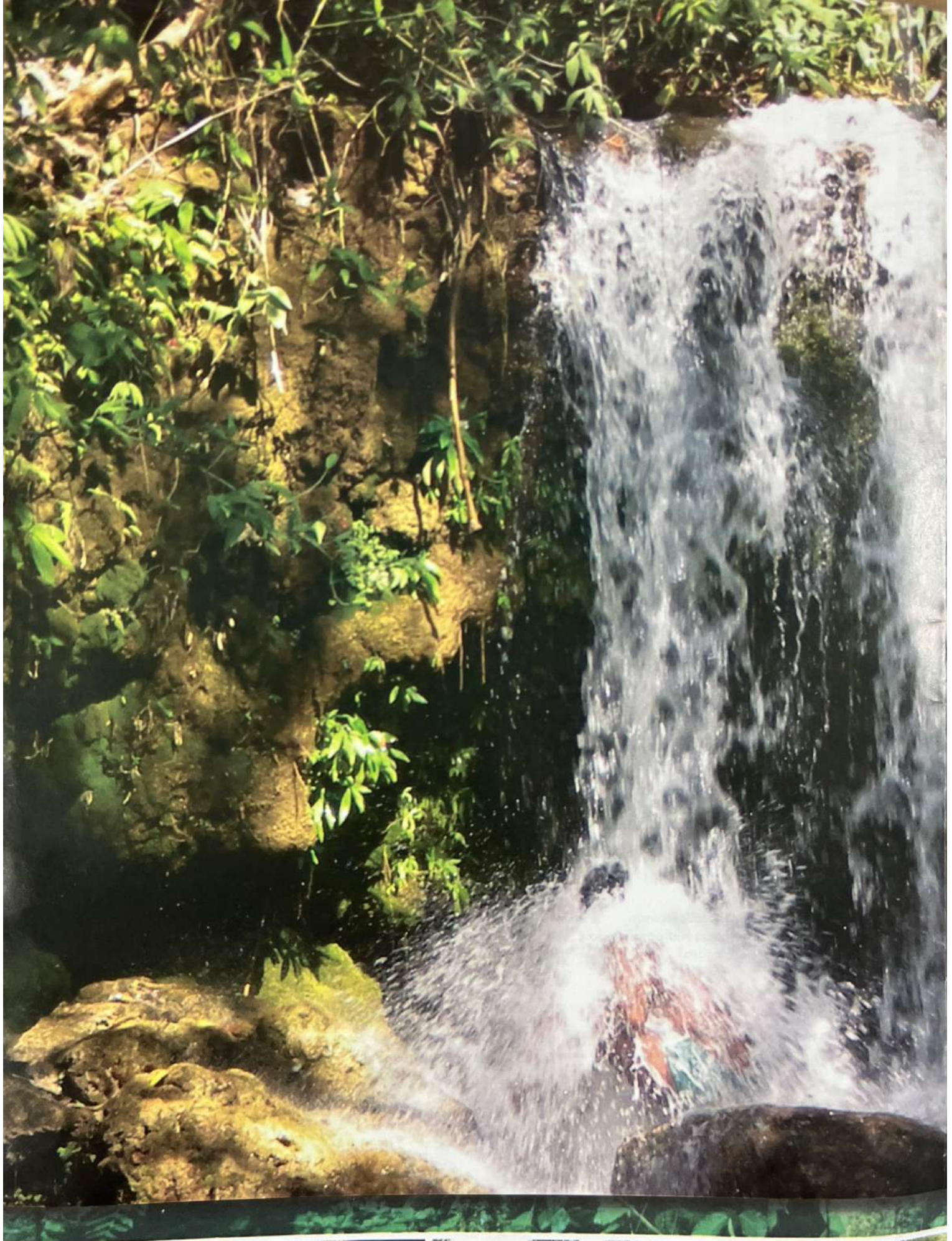
PROJETO
Águas do Rio Doce
Coordenação:

Edmilson Costa Teixeira

Pedro Paulo de Oliveira Martins

Zaira de Andrade Paiva

Águas do Rio Doce [3]



Pagamento por Serviços Ambientais

Um novo modelo
estratégico para
implementar o
desenvolvimento
sustentável

Por Fabiane Arêdes

○ Espírito Santo é o primeiro estado brasileiro a compensar financeiramente, de maneira ampla e sistemática, o proprietário rural por serviços ambientais prestados. Este tipo de PSA – Pagamento por Serviços Ambientais – é uma das principais ferramentas do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba, o Novo Pedeag, através da Lei Estadual nº 8.995/2008.

A ideia básica dos mecanismos de PSA é remunerar quem preserva, direta ou indiretamente, o meio ambiente, transferindo recursos, monetários ou não (no caso capixaba, em dinheiro), para aqueles indivíduos que ajudam a conservar ou produzir tais serviços, mediante a adoção de práticas, técnicas e sistemas, na agricultura, na indústria ou no meio urbano. O PSA dá preço aos bens e aos serviços ambientais e estimula a conservação da natureza.





Divulgação

O projeto de PSA mais difundido no mundo é o mercado de créditos de carbono, implementado pelo Protocolo de Kyoto, já praticado no Brasil, que procura reduzir os impactos do aquecimento global.

No Espírito Santo, o principal projeto de PSA é o ProdutorES de Água. Voltado para os recursos hídricos, o projeto fornece um incentivo financeiro ao produtor rural que ajuda na preservação de determinadas áreas que se encontram dentro da sua propriedade.

O Projeto ProdutorES de Água tem como prioridade reconhecer proprietários que conservam áreas estratégicas, tais como o entorno de estradas, rios e córregos, contribuindo assim para o combate à erosão, assoreamento dos corpos de água e ainda na infiltração de água no solo.

Através de parcerias, as propriedades são selecionadas, seguindo critérios técnicos, como possuir floresta nativa, que esteja em áreas estratégicas de proteção a recursos hídricos e, em especial, localizadas nas proximidades de nascentes. O ProdutorES de Água conta com o apoio das prefeituras dos municípios contemplados; ANA

– Agência Nacional de Águas; Instituto BioAtlântica; Secretaria Estadual de Agricultura, por meio do Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural; Bandes – Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo; e comitês de bacias hidrográficas. Os contratos feitos com os produtores são de três anos e o pagamento é anual.

O senhor Pedro Paulo Vilela possui uma das áreas mais significativas em relação ao tamanho, 44,6 hectares, e recebeu o pagamento de R\$7.236,49, referente ao primeiro ano do contrato.

O senhor Aloísio Sgulmaro foi um dos primeiros proprietários a se cadastrar e receber o pagamento por serviço ambiental através do Projeto ProdutorES de Água. Ele possui uma área de 22,26 hectares e recebeu, em março deste ano, R\$3.995,40.

Na região da cabeceira da bacia do rio Benevente mais de vinte proprietários do município de Alfredo Chaves já estão recebendo, ao todo, o pagamento anual de R\$42.352,00, o que, ao fim de três anos, totalizará R\$127.057,00 investidos na recuperação da

floresta nativa que ocupa um total de 315 hectares.

Outras quinze propriedades da região já foram vistoriadas e estão em análise para o cálculo do pagamento.

A bacia do rio Benevente é a área piloto do projeto, pois é considerada “laboratório natural”, por ser região que melhor propicia a implantação de mercados de serviços ambientais.

Outras duas bacias hidrográficas do Espírito Santo, Guandu e São José, rios afluentes do Doce, foram integradas ao Projeto ProdutorES de Água.

Na região, o lema – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – está realizando vistorias nas propriedades que demonstraram interesse pela adesão voluntária ao programa. O lema avalia as condições das matas nestas áreas, para elaboração do contrato com os valores de pagamento.

A expectativa é que ainda neste ano sejam assinados os primeiros contratos e tenham início os pagamentos aos proprietários de 150 hectares de floresta preservada nas áreas das bacias dos rios Guandu e São José.



A intenção do Governo do Estado é que, futuramente, o projeto seja estendido a todas as bacias do Espírito Santo. De acordo com a secretária de estado de Meio Ambiente, Maria da Glória Brito Abaurre, definidas as bacias prioritárias, serão escolhidas as áreas estratégicas. Destaca ainda que o foco são áreas próximas aos rios e estradas vicinais, potenciais fontes de sedimentos e consequentemente de assoreamento dos corpos hídricos.

“Começamos no Benevente e passamos a atuar também em áreas da bacia do rio Doce, mas a ideia é expandir ainda mais e atingir todas as bacias do estado. A estimativa é que em 2010 a receita do Fundágua, que é o fundo financiador, se aproxime de R\$9 milhões, orçamento suficiente para levar o ProdutorES de Água para diversas áreas estratégicas para a proteção dos recursos hídricos no Espírito Santo”, ressalta.

O Fundágua – Fundo Estadual de Recursos Hídricos

– funciona como uma conta específica que vai possibilitar o financiamento de ações e programas de conservação e melhoria dos recursos hídricos capixabas. O dinheiro vem dos royalties de petróleo e gás e da compensação financeira do setor hidroelétrico.

Outro programa de Pagamento por Serviços Ambientais do Espírito Santo é o Projeto Florestas para a Vida, que busca a conservação dos ecossistemas florestais e dos recursos hídricos das bacias dos rios Santa Maria e Jucu, ambos com nascentes na região serrana do estado. As duas bacias somam uma área total de 401 mil hectares, 40% cobertos por floresta nativa, somando mais de um terço das florestas tropicais remanescentes no Espírito Santo. As bacias abrigam ainda duas Unidades de Conservação – o Parque Estadual Pedra Azul e a Reserva Biológica Augusto Ruschi – e três Áreas de Proteção Ambiental estaduais: Goiapaba-Açú, Mestre Álvaro e Praia Mole.



Mas, afinal, o que é PSA?

Serviços ambientais, segundo o estudo da ONU (Avaliação Ecosistêmica do Milênio), são aqueles prestados silenciosamente pela natureza, relacionados ao ciclo do carbono, ciclo hidrológico, belezas cênicas, evolução dos solos, biodiversidade e outros. O Pagamento por Serviços Ambientais é um modelo novo no mundo inteiro e, também, estratégico para a implementação do desenvolvimento sustentável.

PSAs são mecanismos que remuneram ou recompensam quem protege a natureza. São formas de estimular a conservação, atribuindo-lhe valor e constituindo mercado para a troca de créditos de carbono, conservação de recursos hídricos, criação de impostos ecológicos, exploração sustentável de florestas, uso sustentável da biodiversidade e ecoturismo.

O reflorestamento de áreas degradadas, a agricultura de conservação e mesmo a manutenção da floresta em pé são maneiras de os agricultores gerarem serviços ambientais.



Thiago Guimarães / Secom



Área de 44,6 ha de propriedade do senhor Pedro Paulo Vilela





Exemplo para a nação

Leis modernas promovem parceria do campo com o meio ambiente

Júlio Rocha *

A questão ambiental nunca esteve tão em evidência como nesses últimos anos. Talvez, somente aqueles que se dedicam integralmente ao tema poderiam imaginar que as discussões chegariam ao patamar alcançado, e nem mesmo uma grave crise econômica no mundo conseguiu ofuscar a sua importância. Isso é ótimo para a sociedade, que começa a perceber valores outrora esquecidos e a sentir na pele os efeitos do seu desequilíbrio.

As novas discussões em torno da conservação e da recuperação do meio ambiente trouxeram algumas reflexões, principalmente, sobre as normas que as conduzem.

É fato que, hoje, os tempos são outros e há necessidade de adequação dessas normas à nossa realidade e metas para o futuro. E o Pagamento por Serviços Ambientais, instituído no Espírito Santo pela Lei nº. 8.995, de 2008, é um belo exemplo de um instrumento imprescindível na construção de uma política ambiental moderna, que congrega tanto a preservação da natureza quanto a fixação do homem no campo.

Ao longo do tempo foram inúmeras as publicações e modificações das normas que regem o nosso meio ambiente. Se analisarmos a evolução da legislação desde a instituição do primeiro Código Florestal, em 1934, percebemos que os percentuais destinados à reserva legal são alterados por medidas provisórias sem critério algum, levando grandes incertezas ao campo. Um claro exemplo foi a transformação do percentual da área de reserva legal na Amazônia, de 50% para 80%, fazendo com que todos os proprietários que estavam regularizados com o percentual antigo caíssem na ilegalidade. Assim como ocorreu com o percentual da reserva legal, também as áreas de preservação permanente tiveram suas dimensões alteradas sem o critério técnico adequado e também tornaram proprietários rurais devidamente legalizados em

irregulares, principalmente com relação às APPs – Áreas de Preservação Permanente – na margem de rios, que inicialmente eram de cinco metros e hoje são de trinta metros. Ainda sobre a legislação ambiental, hoje, seguindo à risca o que ela diz, teríamos disponíveis apenas 29% da área total do país destinada à produção de alimentos e a abrigar toda a população. (Fonte: Embrapa)

Movida pela responsabilidade do país com a segunda maior cobertura florestal nativa do mundo, com 450 milhões de hectares preservados, a legislação ambiental jamais levou em consideração as condições e os reflexos de sua aplicabilidade naquele que é o seu maior parceiro, o produtor rural. Parceria essa que ao longo de muitos anos foi entendida de forma equivocada por muitos gestores

que, ao invés de reconhecer a importância do produtor rural na preservação e recuperação do meio ambiente, vitais para o êxito de suas atividades, preferiram tratá-los de forma injusta, criminalizando-os por danos ambientais e mazelas de que não são responsáveis.

Neste momento de definições importantes da política ambiental em todo o país, uma premissa como essa não pode deixar de compor as normas que regem o nosso

meio ambiente. Aliás, um dos poucos pontos unânimes em todas as discussões envolvendo o setor empreendedor, setor governamental e a sociedade civil organizada é justamente esse reconhecimento àqueles que cumpriram e cumprem com o dever de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, como cita a nossa Constituição Federal.

Na certeza de estar trilhando o melhor caminho do desenvolvimento sustentável, servindo de exemplo para a nação e para o mundo inteiro, deixamos o nosso sentimento de plena satisfação pela implementação do Pagamento por Serviços Ambientais no Espírito Santo.

“ Um dos poucos pontos unânimes é o reconhecimento ao produtor rural que cumpriu e cumpre com o dever de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado. ”

* Júlio da Silva Rocha Júnior é engenheiro agrônomo, presidente da Faes – Federação da Agricultura e Pecuária do ES – e vice-presidente diretor da região Sudeste da CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

Iniciativas de PSA no Brasil

No Brasil apenas o Espírito Santo instituiu o PSA em lei estadual com perspectiva de aplicação em todo o seu território, mas já existem outras práticas de Pagamentos por Serviços Ambientais que visam o desenvolvimento sustentável



No Amazonas, por exemplo, o Governo do Estado criou o Bolsa Floresta, que compensa as famílias que evitam o desmatamento e as queimadas. O projeto paga a famílias e comunidades extrativistas que habitam quatorze das 41 unidades de conservação localizadas no estado. Os recursos são pagos pela Fundação Amazonas Sustentável, uma parceria do Governo do Estado e empresas privadas.

O Ministério do Meio Ambiente criou o Proambiente – Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar, que beneficia cerca de 4 mil agricultores familiares na Amazônia que pratiquem o uso controlado do fogo, o extrativismo sustentável, sistemas agroflorestais, recuperação de nascentes e de áreas degradadas, além de diminuir o desmatamento, pesca em açudes e caça.

O ICMS Ecológico é outro mecanismo de PSA adotado por

vários estados brasileiros para subsidiar e incentivar as ações de conservação. Os municípios recebem parte dos recursos financeiros arrecadados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, em reconhecimento à prestação de um determinado serviço ambiental à sociedade, como, por exemplo, aqueles em decorrência da criação ou manutenção de Unidades de Conservação.

O município de Extrema-MG abriga, desde 2007, o Programa Produtor de Água, projeto da ANA em parceria com várias instituições, como o Instituto Estadual de Florestas. Em São Paulo também começam a aparecer os programas de PSA. Um projeto piloto está em andamento nos municípios de Nazaré Paulista e Joanópolis, na bacia do rio Piracicaba. Os produtores estão em fase de assinatura de contrato e o monitoramento será feito pela ANA – Agência

Nacional de Águas.

Em Itabira, cidade mineira da bacia hidrográfica do rio Doce, a prefeitura instituiu o Ecocrédito, que autoriza o pagamento de 150 reais por hectare aos proprietários de terras próximas às unidades de conservação, como nascentes de mananciais que abastecem a cidade.

No caso, para ter acesso ao incentivo, o agricultor se compromete a não desenvolver atividades econômicas em suas terras que possam causar grandes impactos ao ambiente.

Outra prática de Pagamento por Serviços Ambientais adotada no Brasil é o chamado MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que dá créditos por redução certificada de emissões de gases de efeito estufa e permite que uma empresa que emite mais do que sua quota (estabelecida no Protocolo de Kyoto) possa comprar, via mercado, crédito de carbono de outra empresa.





Meio ambiente e sustentabilidade

O PSA é um avanço na garantia do direito à qualidade de vida

Margarete Martins *

Neste início de século, a proteção ambiental torna-se um dos valores constitucionais mais importantes a serem incorporados como objetivo do Estado de Direito. Questões ambientais tornam-se foco de discussões em todo o mundo civilizado, onde os estudos sobre os efeitos da devastação ambiental são alarmantes. Se não forem tomadas medidas urgentes visando à preservação ambiental, o ser humano tende a perecer, haja vista que o meio ambiente equilibrado é fundamental para a existência da humanidade. Além disso, a qualidade do meio ambiente está diretamente ligada à qualidade de vida, direitos esses fundamentais e essenciais à dignidade da pessoa humana.

Ressalta-se que a crise ambiental atual é proveniente, principalmente, de condições tecnológicas, industriais e formas de organização e gestão econômica da sociedade. Além disso, constata-se que a falta de controle da qualidade de vida decorre da lógica do desenvolvimento econômico, que vem marginalizando o meio ambiente ao longo da história.

Acrescente-se que o homem vem agindo de forma irresponsável ao longo do progresso da humanidade, acreditando serem inesgotáveis os recursos naturais, atuando sem se preocupar com as consequências futuras, principalmente em relação à proteção do equilíbrio ecológico, esquecendo-se que a qualidade de vida está estreitamente ligada à qualidade do meio ambiente.

A água é um dos elementos mais importantes da natureza e imprescindível à vida. Desde os seus primórdios os povos antigos desenvolveram estratégias para garantir água limpa para beber. Diversos códigos prescreviam penalidades por danos aos poços, nascentes e outras fontes para o abastecimento. Por exemplo, o Código de Manu,

na Índia, e o Código de Hamurabi, na antiga Mesopotâmia.

A demanda por água (recurso finito) está rapidamente esgotando o suprimento. No Brasil esse é assunto chave, pois detemos 11,6% da água doce mundial, além de mais de 50% dos municípios sem água tratada. Tudo indica que em 2025 dois terços da população mundial não terão água para consumir. Com 50% a mais de pessoas em relação à população atual, o volume de água teria que dobrar para fazer frente às demandas de consumo.

Nesse contexto, cabe ao Poder Público desenvolver ações essenciais à preservação de sistemas, ecossistemas, entre outros, regulando

as relações do homem com o meio ambiente, para que se possa usufruir dos recursos ambientais sem, contudo, destruir ou mesmo degradar o meio ambiente. Nesse sentido, a gestão de recursos hídricos, através de bacia hidrográfica, tem papel fundamental na gestão ambiental. Assim, surge a necessidade de novas estratégias de gestão desses recursos e o PSA é uma delas. Há quem diga que

"preservar é um dever e não um serviço". Porém, a idéia básica do PSA é "remunerar quem preserva" (direta ou indiretamente) o meio ambiente.

Do princípio do poluidor-pagador ao provedor-recebedor, da cobrança pelo uso da água ao incentivo do conservador de água, é justo dar apoio ao proprietário rural que aplique recursos para preservar e conservar os mananciais. As boas práticas adotadas para melhorar a oferta e a qualidade de recursos hídricos devem ser remuneradas como fator de estímulo e de renda.

O Espírito Santo sai na frente ao instituir o PSA, por meio do projeto ProdutorES de Água, que visa preservar e proteger os recursos hídricos do estado.

"Do princípio do poluidor-pagador ao provedor-recebedor, é justo dar apoio ao proprietário rural que aplique recursos para preservar."

*Maria Margarete Martins é professora universitária, advogada, administradora, contadora, especialista em Gestão Contábil, especialista em Direito do Trabalho, doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Nacional de La Plata – Argentina. E-mail: margarete@coemp.com.br

Aposta em ações verdes

O meio ambiente nunca ganhou tanto destaque na mídia como vem ocorrendo nos últimos anos

Todas as discussões sobre o meio ambiente são fruto de anos de completo abandono do tema, e todos os atores envolvidos devem assumir suas responsabilidades para almejar uma solução adequada visando a preservação e recuperação.

Para defender o direito dos produtores rurais do estado em consonância com políticas de preservação ambiental, a Faes – Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo – criou em 2007 o seu próprio Conselho de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Comarh. A intenção é subsidiar ações, a partir de dados técnicos, estatísticos e científicos, posições técnicas, estratégias e políticas ou quaisquer outras informações importantes sobre matérias específicas.

Com pouco mais de dois anos de formação e contando com uma consultoria técnica especializada, o Comarh já trabalhou e ajudou a desenvolver temas de relevante importância para o meio ambiente do estado, dentre os quais podemos citar a revisão da Política Estadual de Recursos Hídricos; a criação do Fundágua, que propicia o Pagamento por Serviços Ambientais; a revisão da política forestal; a revisão no decreto de barragens; e outros temas de interesse do setor.

Cabe destacar que em 2008 foi realizada a primeira edição do Prêmio Comarh / Faes de Meio Ambiente, com o objetivo de incentivar e reconhecer os esforços de produtores rurais e partes interessadas na adoção de ações que resultem na melhoria do meio ambiente. Contando com duas categorias concorrentes – Proteção de Recursos Hídricos e Relação com Partes Interessadas – a premiação apresentou os esforços do produtor e de entidades para a melhoria e preservação do meio ambiente.

Dois projetos elaborados por produtores rurais se destacaram:



Premiação do Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental Nepa/Univix

um criava um Programa de Preservação e Recuperação Ambiental da Faes e outro utilizou Caixas Secas para Infiltração de Água no Solo e Proteção de Estradas Vicinais.

Além deles, os trabalhos de Mobilização Social para Produção de Água e Conservação de Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria do Rio Doce, realizado pelo Incaper de São Roque do Canaã; e a Avaliação da



Premiação do produtor Carlos Tatagiba Martins

Percepção Ambiental do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais do Ministério do Meio Ambiente, desenvolvido pelo Nepa/Univix, foram os grandes vencedores da 1ª edição.

Dentre as ações relevantes nos últimos anos, pode-se destacar ainda a melhoria da representatividade em diversos fóruns de discussões com referência ao meio ambiente. Além da manutenção do atendimento aos produtores rurais no sentido de esclarecimento de dúvidas principalmente quanto às áreas de preservação permanente, reserva legal, licenciamento ambiental, outorga, entre outros. No auxílio ao trabalho de esclarecimento quanto à legislação ambiental, o meio ambiente é tema cativo nos Seminários Propriedade Ativa desenvolvidos pela Faes e pelo Senar/ES e também em reuniões em diversos sindicatos rurais do estado, onde mais de mil participantes já puderam tirar suas dúvidas e ficar por dentro de toda a dinâmica da legislação ambiental.



<http://www.faes.org.br>

UMA HISTÓRIA UM COMPROMISSO UMA VITÓRIA

História

Há quase 10 anos no mercado, a Vale Telecom, busca a inovação, utilizando a mais moderna tecnologia da comunicação e informática, criando parcerias com conceituadas empresas brasileiras. Sua responsabilidade e excelência nos serviços a tornou a única concessionária Leucotron no Vale do Aço, Caratinga e região. E agora Agente Embratel em todo Vale do Aço.

Vitória

A Vale Telecom conta com profissionais certificados e equipamentos modernos. E agora para melhor qualidade em nosso atendimento, disponibilizamos uma equipe estruturada na criação e desenvolvimento de web sites profissionais, tudo dentro das normas internacionais, para pequenas, médias e grandes empresas, órgãos públicos ou privados.

Compromisso

Com vários clientes em todo país na área de telefonia e informática. Temos em nosso portfólio importantes empresas como: SESI, FIEMG, CERCAL, UNIMED, DIELETRIC, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL, BANCO SICOOB, entre outros. Nosso principal cliente é a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA onde atendemos mais de 2500 computadores com qualidade e menor prazo.



TELECOM

comunicação e informática

Centrais PABX - Interface Celular para PABX

Comunicação VoIP - Softwares para Telefonia

Acessórios e Terminais - Suporte e Projetos de Informática

Desenvolvimento de Web Sites

Concessionária
Leucotron
TELECOM

R. Rio Jaguaribí, 25 - Lj. 02 - Ferroviários - Ipatinga (31) **3829.1950**

Av. Catarina Cimini, 32 - Sala 04 - Centro - Caratinga (33) **3322.3939**

www.telecom.inf.br

Embratel
pequena e média empresa



Segurança hídrica no estado

Produzir água é o grande desafio para o Espírito Santo

Fábio Ahnert *

Investir no reflorestamento e em técnicas de conservação de solo em áreas estratégicas é investimento na segurança hídrica. O Espírito Santo conta com uma nova política pública que contribui para isso, o Pagamento por Serviços Ambientais, ou seja, dinheiro no bolso de quem “produz água”.

O Programa ProdutorES de Água, que se iniciou na bacia do rio Benevente, agora vai para a bacia do rio Doce, começando pela região de cabeceira de dois importantes afluentes do Doce no estado: as bacias do rio Guandu e do rio São José.

O ProdutorES de Água utiliza recursos do Fundágua, que conta com 3% dos *royalties* do petróleo e gás produzidos no estado. Essa é uma estratégia inovadora do governo porque utiliza recursos financeiros de uma fonte de energia não renovável, que é o petróleo, para aplicar nas fontes renováveis que são florestas e águas.

A gestão dos recursos hídricos é prioridade para o Governo do Estado do Espírito Santo. Existem evidências de que a água é fator de desenvolvimento regional, ou seja, escassez hídrica é sinônimo de gargalo para o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida.

O Espírito Santo é um estado com irregularidades na disponibilidade de água em

função de perturbações no ciclo hidrológico das bacias hidrográficas, tendo como forte causa a perda de cobertura florestal no estado.

O processo de planejamento Espírito Santo 2025 prevê como grande meta para a área ambiental o aumento da cobertura florestal no estado, que atualmente apresenta-se em torno de 8%, para 16% do território capixaba.

A componente de gestão dos recursos hídricos no estado avança. Hoje temos a maioria dos Comitês de Bacia instalados, uma

estratégia para implantação de agência, a outorga está regulamentada, vários planos de bacia estão em andamento, o enquadramento será desenvolvido em algumas bacias piloto, o monitoramento hidrometeorológico está sendo realizado. Muitos passos importantes foram dados e muitos novos desafios vão surgindo.

Melhorar a oferta e o aproveitamento da água em uma região depende de

vários fatores, dentre eles infraestrutura hídrica: reservação ecoeficiente da água dos rios e da chuva, com soluções otimizadas de barramentos, adução e distribuição da água.

Tudo isso acompanhado de um bom sistema de gerenciamento com participação dos Comitês de Bacia. Esse é um dos desafios postos que devem ser enfrentados para dotar o Espírito Santo de mais segurança hídrica.

“ É uma estratégia inovadora porque utiliza recursos financeiros de uma fonte de energia não renovável para aplicar nas fontes renováveis que são florestas e águas. ”

* Fábio Ahnert é engenheiro mecânico, pós-graduado em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Engenharia Ambiental pela Ufes. É membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, professor da Faesa e Diretor de Recursos Hídricos do IEMA. E-mail: drh@iema.gov.br

Fernando Videira
Lafayette *



MOTIVAÇÃO ESTÁ LIGADA A PRESERVAÇÃO

O ProdutorES de Água é um divisor de águas. Antes as motivações de preservação ambiental eram limitadas a poucos proprietários de terras de visão apurada. Ao remunerar quem preserva, mais pessoas passaram a cultivar a ideia de florescer áreas verdes no estado. O projeto é precursor no país, sendo o governador Paulo Hartung o pioneiro defensor dessa causa.

Alfredo Chaves foi escolhido como piloto do projeto por sua grande área preservada, cerca de 40% do município é coberto por matas e repleto de rios e nascentes. Apenas sete produtores saíram na frente e aderiram ao programa, mas muitos já estão em ritmo de adesão. O produtor rural deve ser visto como um agente essencial na preservação do meio ambiente, pois é quem tem contato direto com nossas riquezas: matas, nascentes e rios.

Se a motivação chegou no campo, então precisamos contribuir para que esse modelo inédito receba cada vez mais adesões de donos de terras. Que seja abraçado também pela sociedade e pelos governantes de todo o país.

Motivando e reconhecendo quem cuida da natureza é que poderemos diminuir a alarmante devastação do nosso ecossistema, contribuindo para que no futuro próximo o homem não sofra com a ação dos que não contribuem em nada com o meio ambiente, seja no campo ou na cidade.

* Fernando Videira Lafayette é médico e prefeito reeleito de Alfredo Chaves

O exemplo mais famoso de Pagamento por Serviços Ambientais é a Costa Rica. Com recursos da chamada Eco-taxa, que incide sobre os combustíveis fósseis, o governo, há mais de vinte anos, remunera os proprietários rurais que conservam e restauram a floresta nativa. Como resultado, a Costa Rica é hoje considerada o paraíso do ecoturismo mundial



Aumento da produção de água nas nascentes do rio Benevente
leva benefícios até a foz





Produtor rural é ator chave

Pagamento por Serviços Ambientais é estratégia para o Desenvolvimento Rural Sustentável no ES

Thiago Belote *

Os Serviços Ambientais são benefícios oferecidos pelas florestas, viabilizados para a sociedade e que resultam do bom funcionamento dos ecossistemas. Através de análise temporal, observa-se que diversas estratégias foram implementadas em prol da conservação e uso sustentável dos recursos florestais visando à manutenção dos serviços ambientais: mecanismos de comando e controle, através do conceito "poluidor-pagador", criação e implementação de unidades de conservação, manejo sustentável dos recursos florestais.

Torna-se cada vez mais evidente que novas estratégias para a conservação das florestas devem ser adotadas para que os serviços ambientais sejam mantidos, tendo em vista o cenário atual de mudanças climáticas e do aumento do déficit hídrico nas bacias hidrográficas brasileiras.

Nos últimos anos, uma nova estratégia ganhou forma, pautada no entrosamento com os produtores rurais que, através das práticas conservacionistas e do uso sustentável das florestas, tem possibilitado o desenvolvimento dos serviços ambientais.

Essa estratégia, de PSA – Pagamento por Serviços Ambientais, prevê que aquele que protege as florestas nativas, em benefício da sociedade, deve receber uma compensação financeira como incentivo pelos serviços ambientais prestados.

Tais serviços incluem a melhoria da qualidade da água, a conservação dos solos, a biodiversidade, entre outros que, embasados em mecanismos legais e instrumentos econômicos, incentivam o proprietário rural a dar continuidade na prestação de serviços ambientais, através do conceito do "provedor-recebedor".

A Costa Rica, pioneira no PSA, conseguiu

"A Costa Rica, pioneira no PSA, conseguiu consolidá-lo como política pública, através de legislação."

consolidá-lo como política pública, através de legislação específica e um fundo público-privado, o Fonafifo, responsável pelos trâmites econômicos e contratuais com os produtores rurais de seu país.

No estado do Espírito Santo, o esforço conjunto entre o Ibio – Instituto BioAtlântica – e o Governo do Estado resultou em duas grandes e importantes iniciativas de PSA: o Projeto Florestas para a Vida e o Projeto ProdutorES de Água. Este último sendo expandido para duas bacias de afluentes do rio Doce: Guandu e São José, respaldado financeiramente pelo Fundágua.

Também com atuação na porção mineira da bacia do rio Doce, especificamente na microbacia do ribeirão do Boi, o Ibio irá desenvolver modelos de

PSA, tendo como componente a água, através do Projeto Rio Doce Sustentável. Já no Extremo Sul da Bahia, o Instituto BioAtlântica implementa uma interessante iniciativa PSA Carbono Florestal: a restauração da floresta nativa gera créditos de carbono e renda para produtores rurais. Cabe lembrar que as iniciativas têm como parceiro o setor

privado, que na lógica de mercados de serviços ambientais é ator muito importante.

As experiências de Pagamento por Serviços Ambientais mostram que a sustentabilidade econômica e legal das iniciativas é um fator determinante para seu sucesso.

No entanto, para que o mecanismo de PSA mantenha-se como política pública, é preciso fortalecer e reconhecer o produtor rural, ator-chave de qualquer ação de conservação ambiental, pelo seu esforço e consciência em proteger as florestas.

Vencidos esses desafios, o Pagamento por Serviços Ambientais consolida-se como uma forte estratégia para o desenvolvimento rural sustentável nas bacias hidrográficas brasileiras.

* Thiago Belote é geógrafo formado pela Uerj, é assistente de projetos do Instituto BioAtlântica, atuando pela instituição no estado do Espírito Santo, com Pagamento por Serviços Ambientais, no Projeto ProdutorES de Água e no Projeto Guandu Sustentável

Como funciona o Projeto ProdutorES de Água?

A adesão ao projeto é voluntária. Após convocação prévia divulgada na bacia hidrográfica definida como prioritária, o lema (órgão gestor de recursos hídricos no Espírito Santo), o Comitê de Bacia e demais parceiros realizam reuniões de mobilização e de esclarecimento. A partir das reuniões iniciam-se as inscrições dos produtores rurais interessados em aderir ao projeto.

As inscrições são analisadas por um grupo de trabalho composto por técnicos do lema, do Incaper e do Idaf, que avaliam, em cada propriedade, as áreas prioritárias à proteção de recursos hídricos.



Propriedade do Sr. Aloísio Gulmaro, um dos primeiros a receber recursos do Fundágua

Avaliação é feita caso a caso, através de fotografias aéreas e vistorias nas propriedades dos candidatos selecionados, que servirão de base para a elaboração de pareceres técnicos. Nesse momento, vários fatores interferem no cálculo do valor a ser pago ao proprietário rural, como tamanho da área, declividade, uso do solo, cobertura florestal, entre outros.

Se todos estiverem de acordo, é assinado um Contrato de Pagamento por Serviços Ambientais por um período predefinido. As parcelas serão pagas pelo Bandes ao proprietário rural após realização de vistorias que comprovem que o contrato está sendo cumprido.

Pagamentos por Serviços Ambientais fora do Brasil

O Pagamento por Serviços Ambientais tem dado certo em alguns países que adotaram diferentes formas de fazê-lo. Um dos exemplos mais bem sucedidos de PSA vem de uma grande metrópole. Há vinte anos o abastecimento de água de Nova York é garantido por produtores rurais que possuem propriedades em um raio de até duzentos quilômetros de distância da cidade. Para garantir o abastecimento humano, o governo fez acordos com os produtores rurais e passou a pagá-los para que adotassem práticas menos intensivas, reflorestassem a área ou construíssem sistemas para armazenar estume e não contaminar a água.

Já no México, foi adotado o mercado voluntário de crédito de carbono. O projeto Scolel TE utiliza a venda de créditos de carbono na bolsa voluntária de Chicago (CCX – Chicago Climate Exchange) para financiar esforços agroflorestais que reduzam as emissões de gases do efeito estufa. O projeto está sendo gerido em conjunto pelo ECCM – Edinburgh Centre for Carbon Management – e pela cooperativa mexicana Ambio.

Opinião



Guerino
Balestrassi *

Liberação de recursos sem burocracia

Cabe ao Bandes a contratação e a liberação dos recursos para os produtores rurais e a operacionalização de linhas de crédito destinadas à ampliação da cobertura florestal e ao manejo de florestas em áreas cobertas pelo Fundágua. "A liberação de recursos para o PSA tem tudo a ver com a missão do Bandes, de promover o desenvolvimento aliado à sustentabilidade. Estamos abertos a projetos e programas inovadores como esse, que proporcionam a manutenção de um elemento essencial ao desenvolvimento, que é a preservação dos recursos ambientais. O Espírito Santo saiu na frente do resto do país com a implementação do PSA e, para tornar isso realidade, o Bandes tem uma estrutura adequada e experiência no financiamento à agricultura familiar. Nos últimos anos, mais de 20 mil produtores rurais no estado já foram atendidos por meio das linhas de crédito que operamos, especialmente pelo Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e isso será um fator positivo para realizarmos essas operações com agilidade e sem burocracia".

* João Guerino Balestrassi é diretor-presidente do Bandes - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo



O melhor morango do Brasil

Boas parcerias garantem qualidade inigualável aos morangos produzidos no Espírito Santo

A cultura de morangos da região serrana do Espírito Santo atinge uma qualidade inigualável, pois todas as etapas, desde a plantação à distribuição, contam com o mais alto nível de tecnologia in seu desenvolvimento.

Há 16 anos no mercado, a Peterfrut é hoje a principal empresa de fruticultura no setor de morangos do Espírito Santo, responsável por 80% dos morangos produzidos no estado.

As frutas comercializadas pela Peterfrut possuem o Selo de Qualidade do Morango das Montanhas, criado em 2004. Os produtos são assegurados por um Programa de Certificação e Controle de Qualidade, que garante morangos frescos, conservados e gostosos até o consumidor.

Os morangos da Peterfrut são rastreados. Pelos códigos impressos em cada caixa pode-se conhecer seu histórico desde as etapas de produção até a saída para o mercado. O rastreamento permite saber qual é o produtor, o técnico responsável, lote de colheita, etc. Assim, quando acontece algum imprevisto, recorre-se a este histórico para que se possa corrigir o erro ou interceptar o produto danificado antes de chegar ao consumidor.

Pensando sempre na qualidade, a Peterfrut colabora com seus fornecedores, dando a eles acesso a informações para que adequem sua produção às normas técnicas que o Selo de Qualidade do Morango das Montanhas exige. São 940 produtores, que contam com o apoio de três agrônomos,

cinco técnicos em agropecuária e uma frota de 35 caminhões frigoríficos (foto), além de parcerias com as principais instituições de apoio ao setor como o Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão



Rural, Idaf – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, UFV – Universidade Federal de Viçosa, Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – e outras.

A Peterfrut preocupa-se com a preservação ambiental. Através de uma parceria com o Instituto Kautsky, instituição sem fins lucrativos sediada em Domingos Martins, faz o monitoramento de todos os produtores Premium, que seguem um padrão de adequação ambiental e utilizam metodologia de gestão de produção, com segurança garantida ao meio ambiente, ao produtor rural e sua família.

O controle de pragas, por exemplo, é feito através de monitoramento e com uso de ácaros predadores, um modelo de controle biológico encontrado na própria natureza e de eficácia comprovada. A adubação também é feita de forma equilibrada e localizada, com controle e acompanhamento feitos por técnico treinado.

Em 2008, a Peterfrut e seus parceiros produziram nove milhões de quilos de morangos, gerando 218 empregos diretos e 3.960 indiretos.

Com sede em Alto Caxixe, distrito do município de Venda Nova do Imigrante, a Peterfrut atende não só o estado do Espírito Santo, como também as regiões Nordeste e Norte do Brasil. A empresa possui instalações em Aracaju, Recife, Salvador, Fortaleza, Itabuna e Mato Grosso, o que possibilita um acompanhamento eficaz da distribuição.



Temos um plano

Como a bacia do rio Doce vai enfrentar o desafio da sustentabilidade nos próximos 25 anos

Após muitos meses de trabalho e expectativa de toda a bacia do rio Doce chega ao fim o processo de elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH-Doce. Além do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, os nove comitês de bacias dos afluentes passam a ter efetivamente o seu primeiro instrumento de atuação na gestão das águas. Isso significa ter metas a cumprir, programas a serem implementados, investimentos a serem feitos. Tudo com data marcada para acontecer. Na prática, vai implicar no envolvimento de todos os segmentos da sociedade na busca de melhorias de qualidade e quantidade das águas da bacia.

Desde a criação do CBH-Doce, em 2002, já se sonhava em ver o plano de bacia pronto, mas só no dia 28 de abril de 2008 foi assinado o contrato para a sua elaboração. Pela primeira vez no país o plano de recursos hídricos de uma bacia foi pensado de uma maneira integrada, para ser feito ao mesmo tempo em que os PARHs – Planos de Ações de Recursos Hídricos – das bacias afluentes. Os recursos que possibilitaram sua contratação vieram de um convênio entre os órgãos gestores ANA - Agência Nacional de Águas, Igam - Instituto Mineiro de Gestão das Águas - e lema - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo. O vencedor do processo de licitação realizado na ocasião foi o Consórcio Ecoplan/Lume.

Com o PIRH-Doce “debaixo do braço” é hora de arregañar as mangas para transformá-lo em realidade. Os comitês e órgãos gestores se preparam para enfrentar muito trabalho pela frente e a sociedade tem que conhecer o plano a fundo para fazer a sua parte, colocá-lo em prática e cobrar ações dos setores competentes.

OPINIÃO



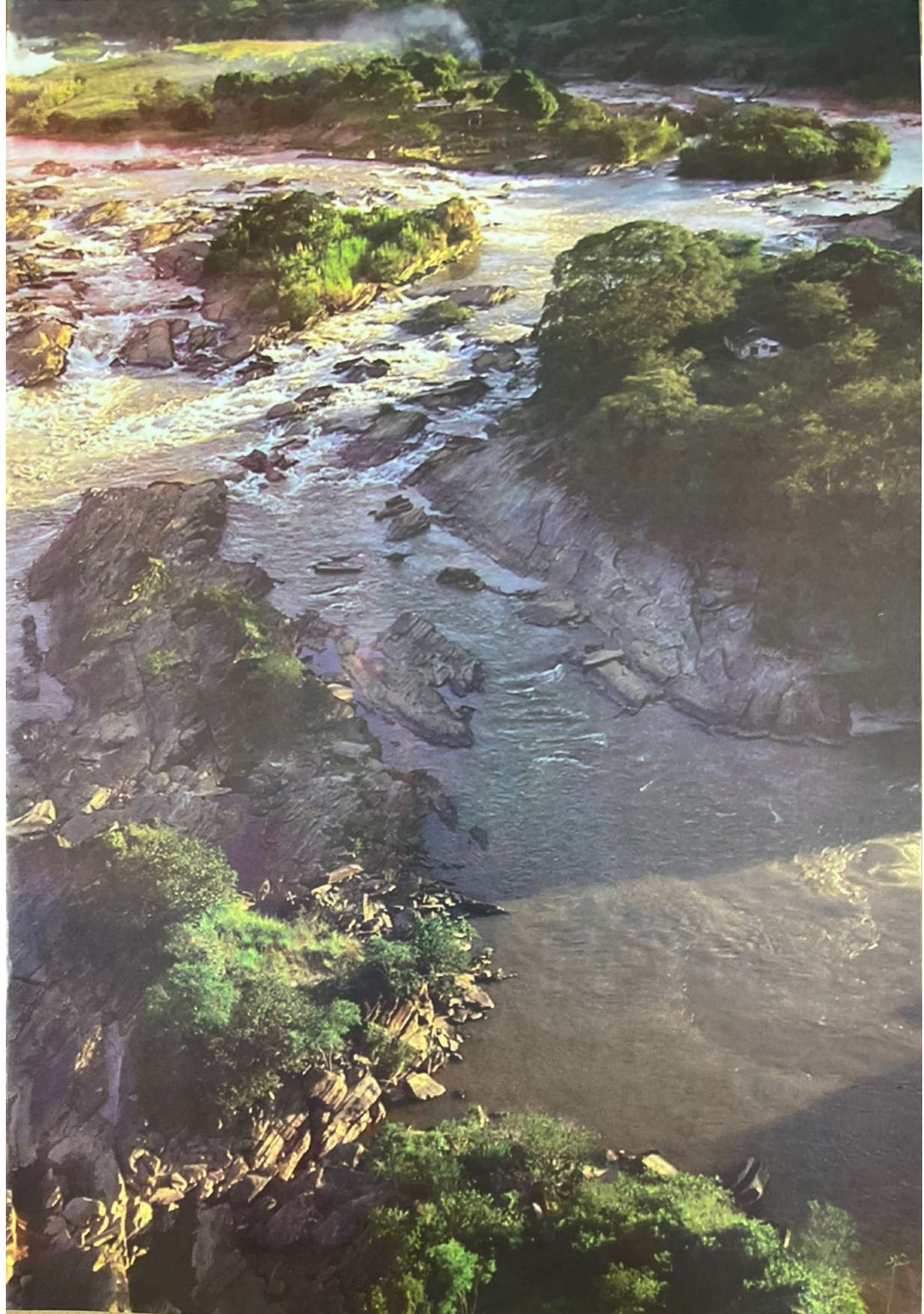
Articulação entre os atores

“Vencida a etapa de elaboração do plano, estamos trabalhando agora no cronograma 2010. É apertado. Entre outras tarefas, precisamos definir o formato jurídico da Agência de Bacia e os critérios de cobrança pelo uso da água. Pretendemos fazer um alinhamento entre Minas Gerais e Espírito Santo no estabelecimento dos critérios.

Trabalhamos na direção da criação de uma agência única. Defendemos a descentralização das ações e estamos pensando em um modelo de consórcio que permita à ANA transferir o poder de cobrança para a agência, fortalecendo a autonomia dos comitês.

A ‘dobradinha’ Espírito Santo/Minas Gerais está indo muito bem sob o ponto de vista das relações entre Presidência e Secretaria Executiva do CBH-Doce, entre o lema e o Igam, entre a Seama e a Semad e entre os comitês dos rios afluentes. A integração será conquistada”.

Leonardo Deptulski, presidente do CBH-Doce e prefeito de Colatina





Aprovação do plano

O início da gestão prevista na lei das águas

Wilde Gontijo *

O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce está sendo finalizado. Ele traz as estratégias e ações a serem implementadas para o enfrentamento dos problemas atuais dos rios e das águas subterrâneas.

Como todo projeto de futuro, o plano é um caminho a ser trilhado, construído com base na situação atual das águas e na expectativa dessa situação em função do impacto que proporcionarão os usos das águas e a execução das políticas públicas. O crescimento das cidades, o uso pela agricultura e pela indústria, a política de ocupação do solo, as ações que fizermos hoje e durante o percurso, tudo isto influenciará no cumprimento das metas do plano.

Eis a primeira diferença entre o antes e o depois do plano!!! A partir da aprovação pelo comitê da bacia haverá metas a serem cumpridas visando garantir a racionalização do uso, a melhoria da qualidade e o aumento da quantidade das águas necessárias aos múltiplos usos.

Um segundo destaque é que, na existência do plano, todos na bacia devem estar envolvidos diretamente com a execução de ações para o enfrentamento dos desafios. O plano não pode ser executado somente pelo comitê. A cada um é definida uma tarefa e somente assim cumprir-se-ão suas metas.

Cabe aos usuários planejar seus usos de acordo com as limitações definidas para cada trecho da bacia. Cabe às prefeituras disciplinarem o uso e ocupação do solo de forma convergente com as metas de quantidade e qualidade das águas. Cabe aos órgãos estaduais e federais planejarem e executarem suas políticas respeitando as restrições a cada uma delas. Cabe ao cidadão e aos movimentos sociais conhecerem o plano e cobrarem de todos os atores as suas responsabilidades.

Outros, no entanto, têm suas responsabilidades ampliadas. É o caso das instâncias do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.

A partir de agora, o comitê da bacia tem uma agenda definida em ações. Cabe a ele fiscalizar formalmente a implementação do plano, rever suas metas quando necessário, ajustar suas estratégias e tomar as medidas necessárias para sua efetivação.

À agência da bacia cabem as atividades técnicas que deverão permitir ao comitê o exercício de suas funções. Cabe a ela o acompanhamento detalhado das metas, propondo o que será preciso fazer, verificando se o que está sendo feito vai proporcionar o alcance das metas, relatando o que foi feito e tornando pública a avaliação da execução e os resultados alcançados.

Por último, cabe aos órgãos outorgantes do direito de uso, à ANA, ao lema e ao Igam, nas suas respectivas competências, de forma articulada, exercerem o poder público para induzir o bom

uso, fiscalizar todos os usuários e punir aqueles que não direcionarem suas ações para que a água seja utilizada conforme foi aprovado no plano.

A aprovação do plano é o início da gestão prevista na Lei das Águas. Começamos, então, o nosso trabalho solidário e coletivo. Um trabalho onde o cumprimento das metas não depende de um só ente ou organismo. Depende de todos. Todos têm que funcionar sistemicamente.

Quanto aos resultados? Estão previstos no plano. Basta que cumpramos nossas tarefas.

Quando sentiremos que as coisas mudaram? Precisamos sentir no primeiro dia. Somente o sentimento para a mudança traz a mudança; somente se chega ao objetivo com o primeiro passo.

Continuemos a caminhada.

**"Começamos o
nosso trabalho
solidário e coletivo".**

* Wilde Cardoso Gontijo Júnior é engenheiro civil e eletricitista, especialista em recursos hídricos e assessor de diretoria da Agência Nacional de Águas

Opinião



Diretriz para recuperação

A Bacia do Rio Doce tem mostrado ao Brasil os avanços alcançados através de um intenso processo de mobilização, envolvendo os comitês, os governos de Minas Gerais, do Espírito Santo e o Governo Federal através da ANA.

Dentre as importantes conquistas decorrentes desse movimento estão o Plano Integrado do Doce, elaborado de forma participativa, a integração e ampliação da visão da bacia, ultrapassando os limites de cada estado.

Agora temos um plano de bacia que contempla também as bacias dos afluentes mineiros e capixabas.

Inicia-se então um novo processo, não menos importante: disseminar o conteúdo dos planos entre os municípios, envolvendo toda a comunidade, para que sejam subsídio para planos diretores municipais, licenciamentos ambientais, para priorização de ações tanto do poder público, como da iniciativa privada e da sociedade em geral.

Este é o próximo desafio: que o plano seja assimilado e utilizado como diretriz para a recuperação, conservação e desenvolvimento sustentável da bacia.

Cleide Izabel Pedrosa de Melo, diretora geral do Igam

Opinião



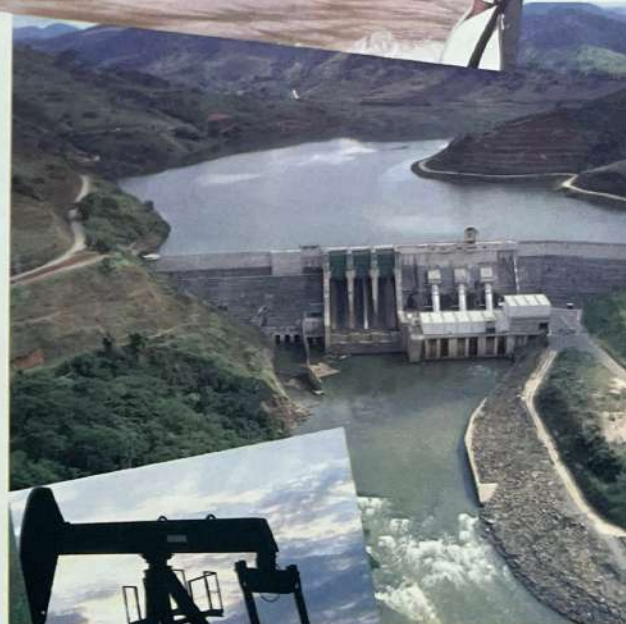
Contrato de desenvolvimento

"No momento em que o CBH-Doce finaliza a elaboração de seu PRH – Plano de Recursos Hídricos – cabe ressaltar a importância deste instrumento para a construção do processo democrático de gestão da bacia. O PRH é o instrumento de gestão mais importante da Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pois estabelece as diretrizes gerais para a implementação ou conformação dos demais instrumentos de gestão.

Um Plano não é um instrumento de comando-e-controle, no qual normas são estabelecidas associadas a penalidades pelo não cumprimento das mesmas. O Plano é, em verdade, um procedimento facultativo e a sua implementação é a expressão da vontade política dos participantes. Embora aparentemente frágil esse aspecto ganha enorme força se for considerado que as perspectivas para alcançar as metas propostas têm sua base na construção de uma nova cultura, focada no 'cuidar' das águas de uma bacia.

Ao representar um contrato de desenvolvimento no domínio das águas, acordado entre os diversos atores, com base no conhecimento do potencial hídrico da bacia, o PIRH-Doce refletirá resultados socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente equilibrados."

Vitor Feitosa – diretor de operações da MMX



O que é o Plano de Bacia?

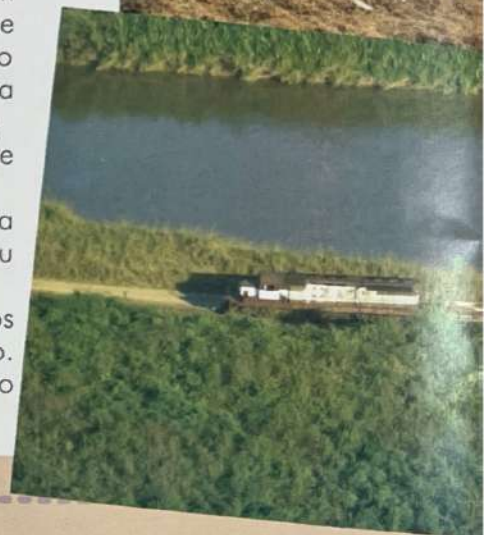
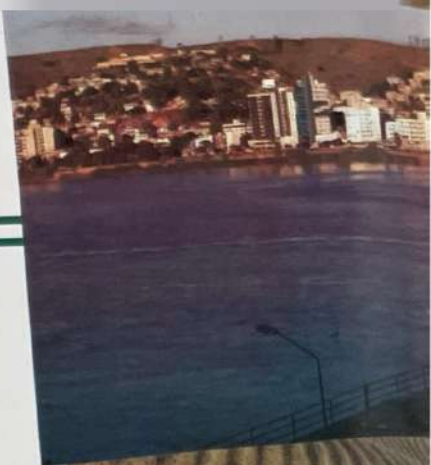
O PRH – Plano de Recurso Hídrico – é um dos cinco instrumentos de gestão previstos na lei brasileira das águas, a Lei Federal 9.433, juntamente com a outorga de direito de uso da água, o sistema de informações, o enquadramento dos corpos d'água e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Os PRHs são planos de longo prazo que devem conter, dentre outros estudos, diagnóstico da situação dos recursos hídricos em toda a bacia; prognósticos de crescimento demográfico, uso e ocupação do solo; balanço entre disponibilidades e demandas futuras e medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, além de diretrizes e critérios para alocação de água e cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Mais do que respeitar os preceitos legais, o PRH deve traduzir, de forma clara e abrangente, os anseios e desafios da sociedade de uma bacia hidrográfica, com relação ao uso e à proteção de suas águas, cujas formas de enfrentá-los precisam se ajustar às características físicas, sociais e econômicas da bacia. Por essa razão, não existe uma receita única para a elaboração de um PRH que possa ser adotada para todas as bacias hidrográficas. Mas, há dois princípios gerais a serem considerados:

Negociação - O PRH corresponde a um novo modelo de política pública resultante de negociações entre os múltiplos atores com interesses diversos na área da bacia.

Articulação - Um plano deve apresentar e ser resultado de uma sólida proposta de construção integrada. A Lei 9.433, ao confiar ao CBH sua elaboração, procurou dar um peso maior às escolhas políticas do que às técnicas.

No caso da bacia do rio Doce, foram dadas condições para participação dos atores envolvidos com a gestão de águas ainda durante a elaboração do documento. As reuniões e consultas públicas possibilitaram a realização de articulações em torno das diversas demandas, conferindo maior legitimidade ao processo.



Opinião



Efetivação da gestão

"O processo de gestão de recursos hídricos na bacia do Doce encontra-se num momento muito especial. A conclusão do PIRH-Doce – Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Doce – marca um processo que promoveu a aproximação dos CBHs e culminou no fortalecimento do CBH-Doce como um comitê de integração. Paralelamente ao PIRH-Doce, estão sendo realizadas oficinas para implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos e agência de bacia, instrumentos fundamentais para sustentação dos comitês com atuação na bacia e implementação

dos programas previstos no Plano.

Esse é o caminho para a efetivação da gestão, e significa uma mudança de patamar para todos os agentes, CBHs e órgãos gestores. Trataremos agora de implementar ações capazes de reverter o quadro de degradação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável".

Elisa Costa, secretária executiva do CBH-Doce e prefeita de Governador Valadares/MG

Opinião



Novo modelo

A metodologia participativa utilizada na elaboração do Plano Integrado da Bacia do Rio Doce proporcionou momentos únicos onde técnicos, sociedade civil, usuários e diversas esferas de governos compartilham e socializam informações e experiências com o objetivo comum de debater os problemas atuais, mas acima de tudo pensando proativamente no futuro. Trata-se de uma vivência interativa marcando um novo modelo de elaboração de planos de bacias condizente com a moderna política de recursos hídricos em implantação no Brasil. Considero muito gratificante trabalhar nesse projeto juntamente com a ANA, Igam

e lema e os Comitês de Bacia.

Paulo Maciel Jr, consultor do consórcio Lume/Ecoplan, responsável pela elaboração do PIRH-Doce



Mudança de paradigmas

Granito, menor impacto ambiental do que a maioria dos materiais de construção

Paulo Randow *

Ao iniciarmos a construção de nossa casa (veja o dia a dia da obra no site www.almadorio.org.br), buscando escolher materiais e arquiteturas que promovessem menor impacto ambiental, nos deparamos com questionamentos que pareciam simples, mas que se tornaram complexos na medida em que investigávamos mais profundamente os métodos de obtenção da matéria prima e seu processo de transformação.

Ao discutir a questão do revestimento do piso com vários ambientalistas, percebemos que todos estavam induzidos a acreditar que a cerâmica era a opção ambientalmente mais correta.

Mas a extração de areia branca ocorre em áreas onde, por milhares ou milhões de anos, partículas de quartzo liberadas pela rocha matriz foram acumuladas e lavadas pela água da chuva ou de rios. As camadas são geralmente de baixa altura, obrigando o minerador a ampliar a área de extração horizontalmente, deixando o nível do solo baixo e alagável pela chuva.

A extração da argila é igualmente danosa, pois ocorre em vales, onde correm os rios, obrigando a retirada de matas ciliares e solo altamente agricultável. As argilas para cerâmica são as mais finas, fruto de acúmulo de sedimentos ao longo da margem dos rios após ciclos de enchentes e vazantes, com quantidades reduzidas que obrigam a retirada do material em extensas áreas superficiais.

Para avaliar o granito tivemos como referência uma pedreira em Vila Velha. A pedreira já existe há mais de cinquenta anos e permanecerá ainda por dezenas ou centenas de anos, pois quanto mais se aprofunda a mina, mais granito se encontra. Sua extração atinge hoje um círculo com 750 metros de diâmetro, pequeno se comparado com a extensão da mineração de outros materiais.

Vidro, ferro, alumínio, cobre, cimento, gesso, madeira, cerâmica, areia, barro, brita, rochas ornamentais, entre outros materiais de construção, todos geram gases de efeito estufa em seu processo de extração, transformação e transporte. Quando comparados ao ciclo de vida e a pegada do carbono, o granito ganha de todos, e ganha novamente em eficiência na relação entre produção e área de extração.

Mas há um tópico que o granito tem seu maior mérito: abundância na natureza. Toda a crosta terrestre é formada por rochas em seu subterrâneo, sendo os afloramentos das rochas os mais fáceis de explorar, minimizando os custos.

No período da formação da crosta terrestre, os vulcões lançaram o magma, que ao esfriar se tornou a rocha matriz, também chamada de rocha ígnea ou magmática.

Com a movimentação das placas tectônicas, muitas rochas sofreram processo de pressão, extrusão, afloramento ou afundamento, e nesse processo os cristais que formam essas rochas sofreram alterações

em suas organizações atômicas, promovendo o surgimento de rochas metamórficas, ou seja, que tiveram transformações em suas estruturas minerais.

Também ocorreram fragmentações sucessivas das rochas, provocadas por intemperismos diversos, que geraram acúmulos de sedimentos nos vales em função da chuva e do carreamento dos rios, num processo de assoreamento gradativo de rios, lagos e lagoas. As camadas de sedimentos, ao longo dos anos, se transformaram novamente em rochas, chamadas sedimentares, das quais algumas também se transformaram em rochas metamórficas.

De nossa parte, cabe a responsabilidade de divulgar nossas descobertas e ajudar a promover essa nova compreensão a respeito do granito, permitindo uma nova visão ambiental através da mudança de paradigmas.

“Comparando o ciclo de vida e a pegada do carbono, o granito ganha de todos, e ganha novamente em eficiência na relação entre produção e área de extração.”

* Paulo Viana Randow é filósofo e ambientalista, presidente da ONG Alma do Rio, www.almadorio.org.br

Doces Serra Viva

Respeito às pessoas, às tradições e ao meio ambiente

Fazer doces é tradição de família. O proprietário da Indústria de Doces Serra Viva, Franciso Athayde, diz que tem sido assim desde o tempo de seus avós. Frutas frescas e selecionadas transformam-se em deliciosas barras de doce daquelas de deixar todo mundo com água na boca.

Antigamente, seus avós levavam o doce para vender no mercado do município de Antônio Dias-MG. De lá, as barras recém saídas das mãos mágicas das doceiras ganhavam a estrada e faziam fama.

O tempo passou, muita coisa evoluiu, mas o jeito mineiro de fazer os doces das frutas que amadurecem nos quintais continuou. "O carinho na fabricação continua e continuará sempre", explica Francisco, "a cor do doce, seu formato e sabor são absolutamente tradicionais, mas introduzimos tecnologia e mecanização nas áreas onde o serviço é mais penoso, como mexer os pesados tachos cheios de doce".

A produção caseira virou indústria há menos de dez anos. O grande impulso para a profissionalização veio através do contrato de fornecimento para o Hospital Márcio Cunha, referência regional em saúde no Vale do Aço. O hospital exigiu controle de qualidade do produto, diversidade de opções e assiduidade na entrega, características que foram perseguidas desde então pelo proprietário.

Agora, com a parceria de um novo sócio, a Serra Viva prepara-se para mais um salto triplicando a produção a partir de 2010. A expectativa é começar a

exportar em 2013. Potencial na região não falta.

Antônio Dias, sede da fábrica, é uma cidade histórica encravada na serra que separa as bacias dos rios Piranga e Piracicaba, na altura do médio rio Doce, no interior de Minas Gerais. A região é grande produtora de banana, fruta que deu origem às primeiras barras da fábrica. Mas a riqueza de



frutas é imensa no entorno da cidade. Hoje, além da banana, a Serra Viva trabalha com laranja, goiaba e mais recentemente com o doce de manga, aproveitando uma das grandes riquezas da região, colhida dos pés nativos pela Coopfrut – Cooperativa de Produção e Comercialização de Frutas do Leste de Minas Gerais, da qual Francisco e sua fábrica são associados. "Só adquirimos matéria prima de qualidade comprovada. Nossa intenção é sempre valorizar a produção da região, de preferência aquela fruta que dá no quintal".

Os tachos são aquecidos a vapor, o que melhora a qualidade do produto e reduz o consumo de energia. O vapor é produzido em caldeiras. Para aquecê-las a Serra Viva utiliza sobras de madeira da serraria vizinha à fábrica. Nas raras situações em que é necessário, utiliza lenha certificada pelo IEF – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.

Assim, a Serra Viva segue produzindo tradição e qualidade, gerando trabalho e renda e fortalecendo as parcerias em prol do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável na bacia do rio Doce.



Há-gemn e Gemetâne: dois amantes botocudos

As febres intermitentes faziam parte do cotidiano das Divisões Militares do Rio Doce, especialmente às margens desse rio. Nem o próprio comandante geral Guido Marlière escapou da febre, nas suas estadias no Quartel do Galo (Belo Oriente). Não se conhecia a relação entre o mosquito e a malária, os insetos eram apenas como um incômodo infernal. Próximo ao rio Doce, onde se abria clareira na mata, era maior a incidência dos insetos. Em 1848 o comandante do quartel de Dom Manoel (Governador Valadares) solicitara com insistência roupas para os nacknanuk, não porque estivesse preocupado com a nudez, mas porque sem elas não poderia colocá-los para trabalhar nas plantações, pois, desesperados com as picadas dos mosquitos, retornavam para o interior da floresta.

Os grupos indígenas adversários dos botocudos se aproximaram da 5ª Divisão Militar, estacionada em Peçanha: malalis, panhames, copoxós, macunis e monoxós. Todos colaboraram na guerra ofensiva aos botocudos e formaram uma povoação junto à margem do rio Suaçuí Grande, que recebeu o nome de Porto de Santa Cruz. O desenvolvimento inicial foi interrompido por um surto de doença, em 1814. Atribuiu-se a causa aos miasmas pestilentos que se seguiram à seca,

mas, pelo quadro clínico, percebe-se que se tratava de malária: febre escaldante, tremores violentos e delírios. O alferes Machado, fazendeiro na região, que visitou o Porto de Santa Cruz na ocasião da epidemia, informou que só duas pessoas não haviam sido atingidas, o resto foi atacado e sucumbiu sem socorro. Os habitantes de Peçanha não sofreram com a epidemia, porém no aldeamento não restaram mais do que cinco

“Não se conhecia a relação entre o mosquito e a malária, os insetos eram apenas como um incômodo infernal.”

panhames e um copoxó. Os malalis sobreviveram em maior número porque o chefe decidiu partir ainda no início. Na noite em que os militares e sobreviventes partiram os botocudos apareceram, incendiaram todas as habitações e plantaram uma flecha no centro da povoação.

Marlière relatou as mortes

de Há-gemn e de sua mulher Gemetâne, ocorridas no Naque, quartel geral da 1ª Divisão Militar. Gemetâne era filha de Paquejú Orotinón, o capitão índio que ele mais admirava. Os dois jovens, atacados de muita febre, receberam um emético, mas logo em seguida foram banhar-se no rio Santo Antônio, onde passaram mal e morreram. A morte foi atribuída ao hábito dos botocudos entrarem sempre na água para se refrescarem, especialmente ao menor sinal de febre. Os dois foram envolvidos em atadura de fibras de embira, com carapuças cobrindo-lhes as cabeças. A cova foi preparada com uma cama de cinzas, coberta de peles e casca de jequitibá. Para os mortos se alimentarem na jornada, armou-se um jirau, onde puseram canudos de mel e água. As sepulturas foram abertas na floresta e de cada lado acenderam fogueiras. A tristeza de Orotinón e dos parentes era tanta que deixaram o local, porém antes eles abriram de cada lado um corredor na mata, para que o sol pudesse aquecer os dois jovens. Quando esteve na sepultura dos “dois amantes índios”, colocados lado a lado, Marlière encontrou as taquaras de mel, cabaças d’água, as plantações circulares de milho e abóboras e a clareira aberta a machado, para que entrasse o sol.



Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola

Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território Universidade Vale do Rio Doce



Construções sustentáveis

Um novo conceito em busca da preservação ambiental

Uma construção sustentável caracteriza-se por ser ecologicamente saudável, economicamente viável e responder às necessidades básicas de seus habitantes, integrando tecnologias modernas a velhos conhecimentos, priorizando maior conexão com o ambiente e menor impacto possível.

A utilização de matéria prima disponível na própria localidade, o uso de energia renovável, o aproveitamento da água das chuvas e da iluminação natural são algumas das alternativas encontradas para a construção de casas ecológicas.

A escolha dos materiais deve obedecer a critérios de preservação, recuperação e responsabilidade ambiental. Os chamados ecomateriais e as soluções tecnológicas promovem o bom uso e a economia de recursos finitos, como a água e a energia elétrica.

Pensando nisso, o coordenador da ONG Alma do Rio, Paulo Randow, optou por utilizar na construção de sua casa em Ponta da Fruta, Vila Velha-ES, o Tijolo Ecológico Modular. "Este tijolo, aprovado e regularizado pela ABNT – Associação Brasileira

de Normas Técnicas, é fabricado em prensa manual ou hidráulica, mantém um perfeito nivelamento e belo acabamento, dispensa a utilização de pregos, arames e madeiras, e ainda utiliza pequena quantidade de cimento, eliminando o desperdício de material e minimizando o custo", explica.

Existem outros tipos de recursos para construir uma casa sustentável, como, por exemplo, argamassas ecológicas, blocos de concreto reciclados, cimentos fabricados com resíduos industriais, resinas à base de água, tintas atóxicas, piso de garrafa PET, tubos e conexões de plástico atóxico (sem PVC) e de plástico reciclado. Estes materiais foram escolhidos por uma equipe de arquitetos do Vale do Aço que projetaram uma casa ecológica em construção em Belo Horizonte-MG.

"A estrutura está sendo toda feita em eucalipto tratado e madeira de demolição. Além dos ecomateriais, projetamos sistemas de captação e aproveitamento de água de chuva, controle e gestão dos resíduos domésticos e aproveitamento da energia solar", diz Tiago Louzada, um

dos arquitetos responsáveis.

Outra alternativa viável foi encontrada pelo Projeto Construção Sustentável com Bambu, coordenado pela ONG A Ponte Instituto, sediada em Vitória-ES. Para difundir a cultura da utilização de materiais renováveis nas construções populares, o grupo propõe o uso do bambu para a construção de casas sustentáveis. De acordo com os idealizadores do projeto, as vantagens do bambu sobre os materiais convencionais não são apenas de ordem ecológica.

"O bambu é uma matéria prima renovável, de fácil cultivo e rápido crescimento. Tem menor custo por metro quadrado e ainda é funcional, pois serve de base para diferentes estruturas", afirmam.

As ideias e recursos para viabilizar habitações que preservam o meio ambiente são muitos. As casas sustentáveis devem usar os recursos naturais e materiais que não comprometam o meio ambiente, contribuindo assim para um estilo de vida mais sustentável e acessível, para que outras pessoas também possam dar o bom exemplo na hora de construir.

Imagens em 3D, Fernando Arêdes.



www.almadorio.org.br

aredesfernando@gmail.com

www.a-ponte.org.br

BOM Exemplo



Santa Teresa

Belezas naturais e qualidade de vida

A cidade de Santa Teresa, localizada na região serrana do estado do Espírito Santo, merece destaque como bom exemplo de desenvolvimento sustentável. Repleta de áreas verdes e esbanjando natureza, o município possui uma grande área preservada de Mata Atlântica, com fauna e flora nativas, abrigando um alto nível de biodiversidade florestal.

Para manter a cidade bonita, preservar o meio ambiente e conservar a biodiversidade local, a prefeitura criou, em parceria com a sociedade civil Bombeiros Voluntários de Santa Teresa e Ministério do Meio Ambiente, o Parque Natural Municipal de São Lourenço, reconhecido como Unidade de Proteção Integral.

"O parque irá proteger a flora, a fauna, as nascentes e demais recursos naturais, com incentivo a pesquisas científicas, promoção de turismo ecológico e atividades de educação e recreação em contato com a natureza", explica a técnica

em meio ambiente Ranusa Coffler.

Outro parque recém criado fica dentro da cidade. É o Parque Temático de Santa Teresa. No passado, a chácara era residência de inverno dos governadores do estado. A área está sendo recuperada, embelezada e sinalizada com recursos do Ministério do Turismo. Além de orquidários, restaurante e lagos, o novo parque terá também biblioteca, atividades de arborismo (esporte radical com trilhas no alto das árvores), trilhas para passeios a pé e um memorial em homenagem ao seu ambientalista mais famoso e patrono da ecologia no Brasil, o pesquisador Augusto Ruschi.

Outros importantes patrimônios da cidade são a Reserva Biológica Augusto Ruschi, a Estação de Biologia de Santa Lúcia e o Museu de Biologia Professor Mello Leitão.

Mas o município não se preocupa apenas em preservar as belezas naturais.

Em 2009, Santa Teresa

comemora uma grande conquista. Após anos de trabalho e graças a parcerias importantes, em junho o município obteve a Licença de Operação para a Usina de Triagem e Compostagem de Resíduos Urbanos. No mesmo mês a usina iniciou suas atividades e a cidade marcou mais um ponto como modelo de desenvolvimento sustentável.

Para minimizar os impactos que o lixo causa ao meio ambiente, Santa Teresa realiza, já há dez anos, a coleta de resíduos de serviço de saúde, feita pelo Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Norte do Estado do Espírito Santo, seguindo as resoluções do Conama.

"Cada município deve adotar iniciativas no gerenciamento de seus próprios resíduos. Se todos fizerem sua parte, poderemos contribuir para a minimização dos problemas causados pelo excesso e destinação errada do lixo", diz Ranusa.



Fotos: Divulgação

Mais informações: www.santateresa.es.gov.br

Qualidade ambiental na pres

lema discute enquadramento de bacias capixabas

A exemplo do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (PIRH-Doce) para enquadramento do rio Doce e seus afluentes, dentre os quais os capixabas rio Guandu, São José e Santa Maria do Doce, o lema, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória, trabalha no desenvolvimento de bases para o processo de enquadramento e sua aplicação integral nas bacias do rio Santa Maria da Vitória e Jucu, como projeto piloto no Espírito Santo.

Avança a discussão sobre modelos de Agência de Água

Após a realização da 1ª Oficina de Agências de Águas promovida pelo lema, o debate para a criação de Agência de Água no Espírito Santo ganha intensidade. O lema, em conjunto com os Comitês de Bacias Hidrográficas, estuda a definição do modelo para a criação da Agência a partir de reuniões que irão discutir sobre sua gestão e sustentabilidade.



Foto: Anna Karla Lerbach

A Oficina contou com a presença do especialista da Agência Nacional de Águas, Wilde Gontijo Júnior, e do diretor da Agência Executiva Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa), Laudizio Diniz e o coordenador geral da Agência de Água PCJ, Francisco Carlos Castro Lahóz.

Convênio de Integração fortalece bacia do Rio Doce

Estão em discussão as condições que farão parte do Convênio de Integração da bacia do Rio Doce, instrumento que irá contribuir para o desenvolvimento das ações previstas no Plano Integrado da bacia do Doce e fortalecimento do sistema de gestão dos recursos

hídricos da bacia, principalmente, no que diz respeito à articulação dos comitês afluentes com o Comitê do Doce e órgãos gestores. A articulação é promovida por meio do lema e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA) e Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Doce.

Guandu e São José recebem ProdutorES de Água

ProdutorES de Água é ampliado e passa a contemplar, além da região da bacia do Benevente, as bacias hidrográficas dos rios Guandu e São José, afluentes do Rio Doce. O projeto utiliza recursos de royalties de petróleo e gás, por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fundágua), para remunerar proprietários rurais que preservam florestas em áreas estratégicas para proteção de corpos hídricos.



O Espírito Santo possui legislação específica para Pagamentos por Serviços Ambientais e a expectativa é de que sejam iniciados os primeiros pagamentos de propriedades das áreas de Guandu e São José ainda em 2009.

ES sem Lixão desenvolve estudos ambientais

O projeto cumpre seu cronograma e se encontra na fase de desenvolvimento dos estudos ambientais e dos projetos executivos para concretização dos Sistemas Regionais para Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), compostos por estações de transbordo, transporte e aterros sanitários regionais, que serão instalados nas regiões Norte, Doce Oeste e Sul do Estado.

Recuperação dos recursos hídricos.

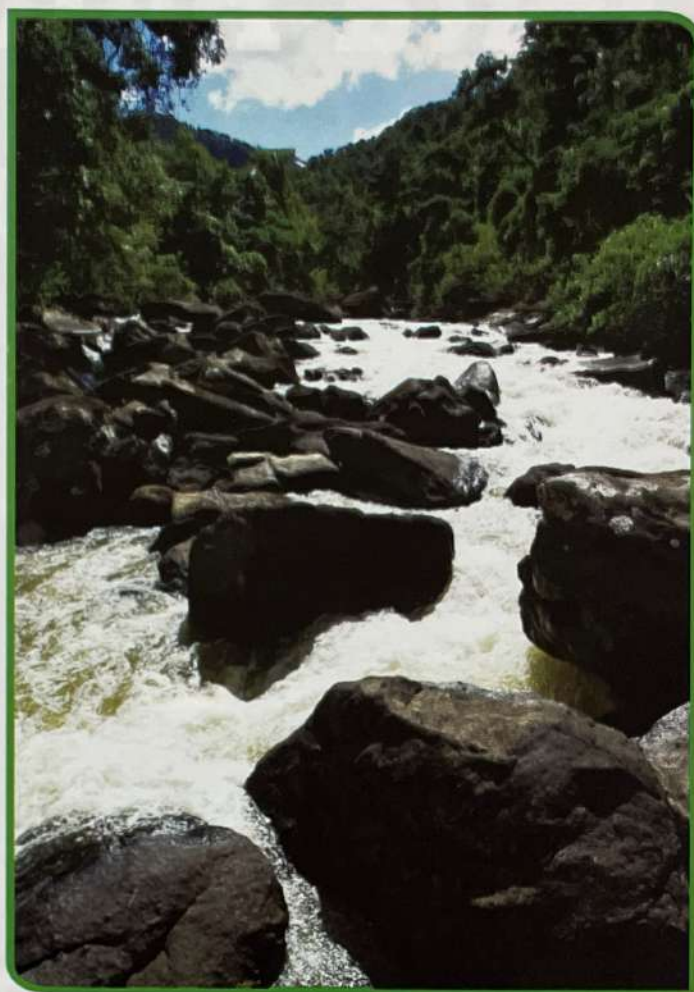
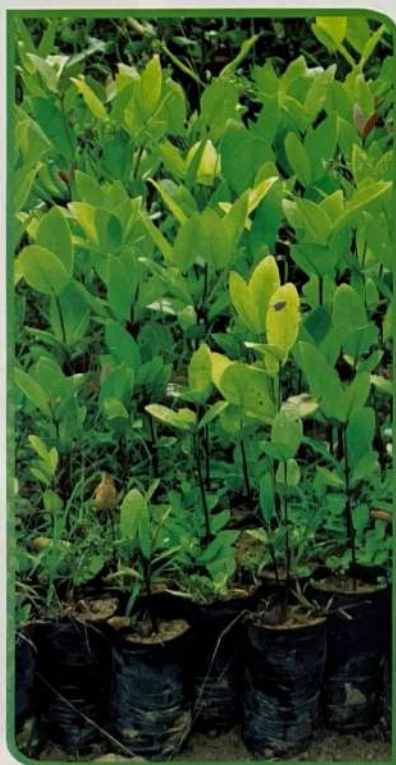
Estão sendo concluídas as escolhas das áreas. Em breve, serão apresentados ao lema os Estudos de Impacto Ambiental e os Planos de Controle Ambiental, tendo em vista o licenciamento prévio para finalização dos projetos executivos. O ES sem Lixão é uma iniciativa pioneira e genuinamente capixaba. Com esse projeto o Espírito Santo se tornará referência em todo o país na solução de um problema mundial e que aflige a maioria dos municípios brasileiros.

Força tarefa para recuperar áreas degradadas no ES

Tendo como ponto de partida os municípios de Jaguaré, Brejetuba e São Mateus, o projeto Extensão Ambiental, coordenado pelo lema, em parceria com a Vale, distribuiu em sua primeira fase mais de 300 mil mudas nativas da Mata Atlântica, sendo que 216 mil delas serão plantadas em propriedades no município de Jaguaré. O projeto tem como objetivo a restauração de áreas de mata ciliar e entorno de nascentes, levando em consideração a importância dos produtores rurais como principais atores deste processo.

Os Corredores Ecológicos, projeto do lema em parceria com a Petrobras, prevê para este ano a recuperação de 38 hectares no Córrego Faria, no município de Linhares. A área integra o Corredor Sooretama-Goytacazes-Comboios.

Uma missão de supervisão do Banco Mundial avaliou o andamento do Florestas para a Vida, que está em fase inicial de implementação. Foram discutidos critérios para definição das áreas de atuação do projeto e ações prioritárias para os próximos meses. O Florestas para a Vida, que visa proteger e recuperar áreas prioritárias para a conservação dos recursos hídricos, recebeu



orçamento de US\$ 12 milhões para sua implantação na fase piloto nas bacias de Santa Maria da Vitória e Jucu, que abastecem aproximadamente 95% da população da Grande Vitória. O projeto também propõe o mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais.

Será implementado no Espírito Santo, até 2010, o Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-ES), que abre, em breve, edital de licitação de consultoria especializada para sua construção participativa. Para isso, serão realizados estudos técnicos em Áreas Suscetíveis à Desertificação, como a Bacia de São José, e oficinas para elaboração do PAE. Vinte e quatro municípios do norte e noroeste capixaba sofrem com o problema. O Estado vem trabalhando de modo integrado, compartilhado e participativo por meio de discussões e encaminhamentos a partir do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Combate à Desertificação do Espírito Santo.

Feira Agropecuária

Quando o meio rural é a estrela



Viver no interior, trabalhar na roça, tirar o sustento da terra, significam estar longe do agito das metrópoles, com suas luzes, barulhos e confusões. É estar perto da natureza e da simplicidade.

Mas, de vez em quando, chega a hora de lustrar as botinas, vestir a melhor roupa, enfeitar o cabelo e ir para a cidade mostrar o que o meio rural tem de melhor, fazer negócios e ampliar os relacionamentos. Tem sido assim provavelmente desde que existem o campo e a cidade. As feiras são ocasiões de encontros, confraternizações, mas também de mostrar serviço, conhecer novidades e aumentar os ganhos.

O Brasil já tem grandes feiras agropecuárias, de fama internacional, e o Espírito Santo caminha nessa direção, com a GranExpoES. O estado possui condições climáticas, estrutura fundiária e logística adequadas para estar entre os melhores em diversas cadeias produtivas do negócio rural. Num esforço de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, vem construindo um evento capaz de mostrar todo esse potencial para o restante do Brasil e para o mundo.





Crescendo com o meio rural

GranExpoES, o evento de todos os capixabas atinge a maturidade

Zezinho Boechat *

Tenho muita honra e muito orgulho de estar à frente da realização da GranExpoES há onze anos, desde quando assumimos a gestão do Centro de Eventos Floriano Varejão, após vencermos uma licitação realizada pelo Governo do Estado. Aos poucos ajudamos a reformar o Parque de Exposições, estabelecer critérios de boa vizinhança com os bairros do entorno, profissionalizar a gestão. Mas, sobretudo, ajudamos a GranExpoES a crescer e estar hoje entre as maiores feiras agropecuárias do país. Crescemos juntos com o negócio rural capixaba.

Nesse período de pouco mais que uma década, vimos o estado se transformar em um Espírito Santo diferente. Ganhamos em credibilidade, em organização, em força econômica, em qualidade de vida. O estado conseguiu ficar até mais bonito. E foi assim também com a GranExpoES.

O que no começo era apenas a Exposição Estadual Agropecuária, hoje é um evento que abrange diversas cadeias produtivas. Nosso público também cresceu e amadureceu conosco. Mas, queremos mais. Não só os organizadores querem mais. Os produtores, o setor agroindustrial, os pesquisadores, todos querem mostrar para o Brasil e para o mundo, a força do interior do Espírito Santo, a pujança do agronegócio capixaba.

Nossos produtos têm qualidade e preço competitivos. E mais: somos um estado que busca a cada dia superar os desafios da sustentabilidade. Produzir mais e melhor, com respeito ao meio ambiente, justiça social e dinheiro no bolso do produtor. Políticas públicas, parcerias institucionais e vontade da iniciativa privada não faltam.

Somos o primeiro estado brasileiro a propor regras amplas de pagamento aos produtores rurais que preservam o meio ambiente. Temos bancos sérios que só financiam aqueles que pretendem produzir dentro das regras da legalidade e da

moralidade. Instituições de pesquisa e fomento que estimulam a adoção de novas tecnologias e ganhos de produtividade e qualidade.

Como dizem os antigos: temos a faca e o queijo na mão, aliás, produzimos alguns dos melhores queijos do Brasil. E não só o queijo. Temos cafés, frutas, orgânicos, flores. Tudo de acordo com os mais exigentes padrões de qualidade internacional. E sabemos fazer tudo isto sempre com um sorriso no rosto, hospitalidade e cordialidade de um povo formado na mistura das raças e criado na lida diária do campo. Forte, mas sem perder a ternura.

Não é fácil organizar e realizar um evento à altura do meio rural capixaba. Um evento que revele tudo de bom que o estado tem para mostrar. É por isto que nós nos desdobramos. Investimos

em melhorias ano a ano. Temos as equipes mais competentes em todos os setores, da montagem à limpeza, da sonorização à iluminação, dos garçons aos locutores, dos veterinários às recepcionistas.

A GranExpoES é um dos poucos eventos do setor rural no Brasil realizado pela iniciativa privada. Isto aumenta nossas responsabilidades e nossas dificuldades, mas por outro lado nos estimula a fazer cada dia melhor. Temos que valorizar cada centavo dos investidores e agradar nosso público, tanto urbano como rural.

Mas, assim como o Espírito Santo, não temos medo dos desafios. O contrato de gestão do Centro de Eventos Floriano Varejão, entre nossa empresa e o estado, ainda tem nove anos pela frente. Seguiremos realizando a GranExpoES com garra. Temos certeza que serão anos de fortalecimento de um projeto sério de valorização do negócio rural capixaba, do homem, da mulher, do jovem e da criança do campo, da relação sadia entre a cidade e a roça.

Contamos com seu apoio. Hoje e sempre.

**“
Todos querem
mostrar para o Brasil
e para o mundo, a
força do interior do
Espírito Santo.”**

* Alcílio José Boechat, o Zezinho é um empreendedor mineiro “naturalizado” capixaba. Atua no ramo de imóveis e é proprietário da Extrema Eventos e Participações Ltda, sócia da Multiservice, gestora do Parque de Exposições. Apaixonado pela pecuária e pela vida no campo, é o coordenador geral da GranExpoES

Desenvolvimento rural é questão estratégica

A concepção da GranExpoES 2009 seguiu as diretrizes do Novo Pedagog – Plano de Desenvolvimento Estratégico da Agricultura Capixaba, representando a diversidade de culturas e produções das diferentes regiões do Espírito Santo. O evento refletiu a disposição do estado – governo, administrações municipais, empreendedores rurais e urbanos e sociedade – em buscar e oferecer melhor qualidade de vida para quem mora no interior.

A GranExpoES é um evento tradicional da agropecuária capixaba que, a exemplo de todo o setor agrícola do estado, vem se modernizando a passos largos, especialmente a partir dos anos 2000. Este ano teve muitas novidades, com formato ainda mais voltado para a integração regional e focado na valorização da cultura rural. Contou com atrações variadas: grandes leilões, exposições e mostras, atividades educativas, programação técnico científica, esportes e diversão.

Motivado pela discussão e demonstração de políticas públicas para os setores de agricultura, meio ambiente e saneamento, sob o tema “Integração e Desenvolvimento Rural”, o evento teve forte participação de representantes de

ministérios, secretários de estado, deputados, prefeitos e lideranças do interior, além do governador Paulo Hartung e do vice Ricardo Ferraço.

A GranExpoES 2009 aconteceu entre os dias 18 e 23 de agosto no Centro de Eventos Floriano Varejão, em Carapina, na Serra, Grande Vitória. Há 33 edições, o evento tem sido uma promoção do Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura. A execução foi privatizada no fim dos anos 90, passando a ser realizada pela Extrema Eventos, com recursos captados junto a empresas e instituições de diversos setores. Desde 2008 a realização conta com a parceria do Projeto Águas do Rio Doce.



A solenidade de abertura teve a presença de lideranças rurais, empresariais, políticas e de setores diferentes do governo, entre eles, agricultura, meio ambiente, turismo, saneamento, ciência e tecnologia. A meta é a interiorização do desenvolvimento



A GranExpoES homenageou empreendedores rurais com atuação no estado, a exemplo do cafeicultor Geraldo Fonseca Siqueira, cuja memória foi mantida viva através de uma pintura na fachada da Fazenda Ecológica



Deputados mineiros e capixabas em reunião da Cipe Rio Doce – Comissão Interparlamentar de Estudos sobre a Bacia do Rio Doce – durante a GranExpoES 2009. Novo modelo de desenvolvimento exige ações de preservação e recuperação ambiental

Integração de setores

O futuro da pecuária

O setor pecuário demonstrou no evento os resultados dos investimentos que vêm sendo feitos em melhoria genética, manejo, alimentação e controle sanitário. O Espírito Santo tem metas ousadas de reduzir aproximadamente 40% das áreas de pastagens no estado, substituindo-as principalmente por florestas, sem diminuir a produção de leite e carne. Para isso, investimentos em pesquisas e introdução de novas tecnologias são fundamentais.



Leilões

Os grandes leilões de animais que ocorrem durante a GranExpoES são aguardados por criadores e produtores do Espírito Santo e estados vizinhos. Foram seis leilões, que ocorreram na sexta-feira, 21 (Leilão Vitória da Raça Mangalarga Marchador e Leilão Nova Geração da Raça Gir Leiteiro) e no sábado, 22 (Leilão do Fazendeiro, para negociação de bezerras de corte, Leilão Integração do Girolando, Leilão Carol ES, com fêmeas nelore, e Leilão Vitória de ovinos santa inês e dorper).

Em 2009 a GranExpoES bateu o recorde em número de animais expostos, com perspectivas de crescimento para os próximos anos, o que se traduzirá em valorização do evento no ranqueamento nacional das diversas raças. Segundo a organização, para atingir esses objetivos foram investidos cerca de um milhão de reais na ampliação, modernização e melhoria das instalações. Leilões de animais de elite e de recreio demonstraram a força dos diversos segmentos da pecuária no estado.

O café, principal produto agrícola capixaba, foi exibido na feira, buscando contato mais estreito com o consumidor. Com área total de 72m², o Espaço CafES recebeu diversas atividades relacionadas à qualidade, produção, degustação e preparo dos cafés. Foi instalada uma mesa para degustação, bancada para aula show, torrador de prova e um torrador especial para cafés de qualidade, que veio direto da fábrica em Curitiba-PR.

Cafés do Espírito Santo

O Espaço CafES apresentou aos expositores e visitantes a importância do produto e suas diferentes formas de preparo. O Sindicafé – Sindicato do Comércio de Café em Geral do Estado do ES – foi o responsável pela montagem e execução, em parceria com Sebrae-ES.

De acordo com a coordenadora do Centro de Treinamento em Preparação de Café do Sindicafé, **Lúcia Helena Barros**, o evento foi importante para valorizar o produto capixaba: "O Espaço CafES mostrou que temos café de qualidade sendo produzido em nosso estado. Criamos uma interatividade com os produtores e consumidores, onde cada um conheceu um pouco mais do produto e suas nuances de sabores".



33ª exposição

Com suas 33 edições a Exposição Estadual Agropecuária tem contribuído muito para o desenvolvimento do meio rural, gerando informação, contatos e aproximação de produtores, técnicos e consumidores. A exposição propicia ainda a popularização do segmento. Os moradores da cidade, principalmente crianças, se encantam com a exuberância dos animais expostos

A exposição de animais ocupou uma área de 50 mil metros quadrados, envolvendo as associações e entidades de criadores



Entre as raças bovinas destacaram-se nelore, gir leiteiro, girolando, holandês, guzerá e tabapuã



As empresas ligadas à cadeia produtiva da pecuária, dos setores de nutrição, sanidade e genética, tiveram presença marcante

estadual agropecuária

Durante a GranExpoES foram expostos mais de quatrocentos carneiros e ovelhas das raças santa inês e dorper. A qualidade dos animais foi destacada pelos especialistas presentes.

A ovinocultura no Espírito Santo ainda está em fase inicial, mas já dá sinais de que veio para ocupar uma importante fatia do mercado e contribuir para a economia do estado



Os julgamentos são o grande momento para criadores e tratadores. O desempenho do animal na pista define a posição dele no ranking nacional da raça. A atuação de juízes de diferentes partes do país é uma forma de garantir a isenção na escolha dos campeões



Entre os equinos, o destaque foi o mangalarga marchador, que trouxe mais uma vez para a GranExpoES animais de excelente genética. Os principais haras (fazendas de criação de cavalos) ficam na Grande Vitória e no sul do estado





Desafios do agronegócio capixaba

A Superintendência do Ministério da Agricultura está pronta para responder às demandas

José Arnaldo *

Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira é a missão institucional do Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Para cumprir essa missão, o Mapa atua na formulação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, organizacionais, ambientais e tecnológicos, e dispõe de infraestrutura institucional que permeia todos os segmentos do agronegócio: política agrícola, produção, comercialização, fomento agropecuário, negociações internacionais, pesquisa tecnológica, agrometeorologia, defesa animal e vegetal, fiscalização dos insumos agropecuários, classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal e das ações de repasses e convênios nos contratos celebrados.

Nesse contexto, a SFA-ES – Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo – assume papel de fundamental importância, na medida em que se responsabiliza diretamente pela execução, coordenação e supervisão dessas atividades no estado.

Assim, a fiscalização de mudas e sementes, fertilizantes, inoculantes, agrotóxicos, sal mineral, medicamentos veterinários e bebidas contribui para que os produtores possam adquirir produtos em conformidade com a legislação, garantindo maior produtividade para a agropecuária e qualidade para os produtos ofertados e comercializados pela agroindústria capixaba.

Há ainda os serviços de inspeção de produtos de origem animal e vegetal e a supervisão das políticas estaduais de defesa. O primeiro promove a segurança alimentar dos produtos agropecuários, de maneira que nos processos de fabricação os alimentos estejam livres de microorganismos e contaminantes que possam causar doenças

nos consumidores. Já a supervisão das políticas estaduais de defesa, especialmente na área animal, garante, por exemplo, o status do estado como zona livre da febre aftosa com vacinação.

Um dos trabalhos que vêm contribuindo para tornar o Espírito Santo referência nacional é o cadastro e registro de produtores de sementes e mudas, que conta hoje com 454 produtores aptos a produzirem material de qualidade, garantindo maior produtividade para as culturas e sustentabilidade para o agronegócio capixaba.

Outro ponto relevante são os produtos orgânicos, que vêm se disseminando com grande força por todo o Espírito Santo e contarão, a partir do fim do ano, com uma legislação própria, permeando produtores, certificadoras e consumidores.

Já a área de vigilância agropecuária, que fiscaliza a exportação e a importação de produtos agropecuários, atua atendendo os recintos alfandegados e portos do estado.

O objetivo é estar em permanente alerta para promover a vigilância agropecuária internacional,

impedindo a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados.

A partir de um corpo de fiscais federais agropecuários altamente qualificados, contando com 72 profissionais, entre engenheiros agrônomos, zootecnistas, médicos veterinários e agentes de inspeção posicionados em frigoríficos de carne bovina, aves e pescados, a Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo está preparada para responder às demandas da sociedade capixaba e promover o futuro do agronegócio no estado.

Para cumprir essa missão, o Ministério atua na formulação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, organizacionais, ambientais e tecnológicos."

* José Arnaldo de Alencar é Superintendente Federal de Agricultura da SFA-ES, Eng. AgrMSc em Zootecnia, graduado pela Universidade Federal do Ceará, mestrado pela Universidade Federal de Lavras-MG

Espaço CafES



A nutricionista Carmen Benezath e estudantes do curso de gastronomia das faculdades Novo Milênio e UVV prepararam no local diversas receitas, entre doces e salgadas, utilizando o café.

Para aproximar ainda mais o público e o café, baristas (profissionais especializados no preparo de cafés de alta qualidade) de algumas cafeterias de Vitória fizeram diferentes drinques e coquetéis com café.



"É importante que o capixaba conheça as possibilidades existentes no preparo de bebidas geladas e quentes com o café sendo o principal ingrediente. Além do café, leite condensado, bebidas alcoólicas e sorvetes deixam as receitas ainda mais saborosas", Werlen Carvalho, barista



O Espaço CafES recebeu cafés crus dos tipos conilon e arábica de diversas regiões do estado, que foram torrados e degustados por profissionais, produtores e consumidores, num total de 30 mil pessoas, analisando a qualidade e o sabor de cada bebida.

Para o empresário e degustador de café **Arthur Fiorott**, foi importante revelar aos consumidores os cafés capixabas de qualidade: "Todos puderam degustar e identificar a diferença dos produtos de regiões diferentes"



"O cheiro que exalava do Espaço CafES 'laçava' pelo olfato todos aqueles que estavam nas áreas externa e interna do evento e agradava a eles com doses do mais puro café capixaba. O Sindicafé tem orgulho de ter participado deste evento tão importante para demonstrar aos espírito-santenses que temos produto de qualidade, que produzimos, exportamos e consumimos os cafés do nosso estado."

Salvador Venâncio da Costa

Presidente do Sindicato do Comércio de Café em Geral do Estado do ES

Formas, gostos, sons, cheiros e cores do campo

Agroturismo

Os circuitos de agroturismo e a diversidade cultural do estado foram ressaltados em inúmeras apresentações culturais. Houve congo, capoeira, escolas de samba, banda de música, casamento pomerano, danças italianas, alemãs, francesas, duplas sertanejas, teatro e performances como o Tombo da Polenta, entre outras.

Tudo naturalmente acompanhado pelos melhores quitutes da culinária capixaba



Floricultura

As flores também ganharam um espaço específico no evento: a GranExpoFlor – Exposição de Flores Capixabas. A floricultura é um dos principais produtos em

O lado mais doce, perfumado e divertido do meio rural capixaba atraiu um grande número de visitantes, especialmente famílias. Exposição de flores, agroturismo, degustação e distribuição de sucos e frutas chamaram a atenção de todos. Foram diversas atividades ao longo dos cinco dias do evento, acontecendo nos estandes dos parceiros, no palco Sabores do Campo, pelos corredores e nos intervalos dos minicursos e palestras

Fruticultura

A fruticultura, nos diversos espaços em que foi apresentada e discutida, teve como ponto comum a demonstração da sua cadeia produtiva, do plantio ao consumidor, passando por cuidados pós-produção, industrialização, processamento de resíduos, comercialização, exportação, mas principalmente a busca pela fruta saudável, sem traços de agrotóxicos e com alto grau de rastreabilidade.

O setor quer crescer com qualidade e sustentabilidade.



ascensão junto à agricultura familiar capixaba. Entre as diversas espécies cujos polos estão sendo consolidados de acordo com as aptidões regionais, o estado quer ser responsável por 30% da produção nacional de orquídeas nos próximos anos.



Mercado potencial da floricultura

O Espírito Santo é um espetáculo especial de cores e formas

Leticia Simões *

A harmonia entre mar e montanha proporciona cenários que fascinam por suas belezas ao mesmo tempo tão diferentes e próximas. As flores e plantas ornamentais capixabas expressam toda essa riqueza, e a grande extensão de Mata Atlântica preservada no litoral é berço de uma grande variedade de orquídeas e beija-flores, símbolos do estado.

As particularidades culturais da colonização, a posição geográfica e as condições edafo-climáticas contribuem para o desenvolvimento e crescimento da cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais, tornando-a excelente alternativa para diversificar o agronegócio.

O notável crescimento econômico do estado aumenta o potencial de consumo das famílias.

O momento é importante para a floricultura, com um mercado enorme e produtores buscando se organizar para atingi-lo profissionalmente. O estado possui cerca de trezentos pontos de venda de flores e plantas ornamentais, além de decoradores, cerimonialistas e outros profissionais que atuam com a floricultura.

O estado é ainda referência nacional no cultivo de orquídeas. Das 30 mil espécies de orquídeas do mundo, 1.200 ocorrem no Brasil e setecentas no Espírito Santo. Mesmo assim, ainda compra de outros estados cerca de 80% das flores e plantas ornamentais para suprir a demanda interna.

Nesse cenário é importante considerarmos pontos positivos e desafios relevantes para que a fatia de mercado ocupada por produtos locais se torne cada vez maior.

Como pontos positivos temos: o crescimento da indústria da construção civil e do mercado imobiliário (especialmente favorável para o segmento de flores e plantas ornamentais); crescimento econômico do estado (potencial de consumo); condições climáticas e ecológicas diversificadas (floricultura

temperada, subtropical e tropical); encarecimento da logística nacional da distribuição a partir de outros polos de produção (enfraquecimento da concorrência); localização geográfica estratégica e facilidades logísticas (proximidade dos grandes centros consumidores – SP, RJ e MG); oportunidade de diversificação da propriedade rural com a floricultura.

Entre os desafios: melhorar a logística de distribuição e comercialização; ampliar a capacitação de produtores e técnicos; ampliar a assistência técnica ao produtor; realizar um plano de marketing; aproximar o mercado consumidor (floriculturas, decoradores, paisagistas) com os fornecedores (produtores); criar cartilhas técnicas

e gerenciais; criar o site da floricultura capixaba; implantar unidades demonstrativas de floricultura; viabilizar linhas de crédito adequadas, considerando os elevados custos de implantação da atividade; melhorar a capacidade gerencial das propriedades rurais; fortalecer as associações e cooperativas de flores e plantas ornamentais para que os produtores atinjam o mercado com produtos de qualidade, tenham volume, constância no

fornecimento e mix para ofertar.

Aproveitando, não poderíamos deixar de mencionar a belíssima participação do setor na GranExpoES 2009. Cerca de quarenta produtores ocuparam vinte estandes, com flores e plantas de diversos municípios mostrando beleza e qualidade. O público pôde comprovar que o estado possui um grande potencial no setor da floricultura.

Assim, e com o olhar de futuro do governo para o setor, queremos que a floricultura capixaba seja um negócio rural modelo, de alto valor agregado, ajustada à nova dinâmica de mercado, apropriando-se das vantagens comparativas locais.

“Queremos que a floricultura capixaba seja um negócio rural modelo, de alto valor agregado, ajustada à nova dinâmica de mercado.”

*Leticia Toniato Simões é administradora de empresas com pós em Gestão Estratégica e Qualidade, Gestão de Projetos, funcionária do Sebrae-ES, atualmente ocupa o cargo de gerente de Agricultura Orgânica e Coordenação da Floricultura da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – Seag – Espírito Santo

GranexpoFlor

exposição de flores capixabas



Orquídeas, antúrios e diversas flores tropicais enfeitaram, coloriram e alegraram a Feira dos Municípios. A floricultura capixaba foi valorizada através de uma exposição especial, com 22 estandes de cerca de cinquenta produtores e associações de produtores do estado. Foi uma das alas mais visitadas do evento, gerando grande movimentação de negócios



A exposição foi um dos resultados das importantes parcerias envolvendo Governo do Estado, prefeituras, Sebrae-ES, cooperativas e associações de produtores





Circuitos de agroturismo

Italianos, espanhóis, portugueses e pomeranos foram os precursores do agroturismo

Rodrigo Belcavello *

Imigrantes europeus, como italianos, espanhóis e portugueses, além de pomeranos, que se instalaram no Espírito Santo no século passado não sabiam, mas foram eles os precursores do agroturismo capixaba. Recém-chegados ao estado, eles encontraram pouquíssimas casas de comércio na região das montanhas e, com o costume de produzir os alimentos dentro de suas propriedades, começaram a fabricar pão, fubá, massas, biscoitos, queijos e outras delícias trazidas do Velho Mundo.

A tradição de fazer produtos caseiros foi passando de pai para filho e, atualmente, os descendentes colhem um fruto que as gerações passadas nunca imaginaram: o agroturismo, atividade que começa a movimentar a economia nas propriedades rurais do estado.

O tratamento do agroturismo como negócio começa a ganhar forma e, como qualquer outra atividade, tem na profissionalização a palavra chave para a sustentabilidade.

Com o objetivo de organizar o setor e oferecer produtos formatados ao mercado, Circuitos Turísticos estão sendo criados pelos empreendedores, com o apoio do Sebrae, da Associação de Agroturismo do Estado do Espírito Santo e do Governo do Estado do Espírito Santo.

Os empreendimentos participantes são orientados e os empresários, em sua maioria provenientes de famílias rurais, são treinados para ofertar produtos e serviços de qualidade. A partir daí, os próprios empreendedores identificam a necessidade de valorizar seus trabalhos e criar critérios para a participação nos Circuitos Turísticos, surgindo assim o Caderno de Obrigações, que representa um conjunto de

requisitos a serem seguidos pela propriedade do agroturismo local. É um documento legitimado por todos, uma vez que sua construção é coletiva e todos os interessados participam.

Com a oferta estruturada há um aumento significativo de fluxo turístico nas propriedades dos Circuitos Turísticos, o que traz diversos benefícios para o setor, que começa a agregar atividades complementares como a prática de esportes radicais, a vitivinicultura, a apicultura, a agricultura orgânica, entre outros.

A partir daí ocorre o fortalecimento da governança nas Regiões Turísticas, havendo um forte espírito cooperativista entre os circuitos existentes, que passam a se enxergar como parceiros.

Esse movimento de integração rompe as barreiras do Espírito Santo e alcança a Região Sudeste que, através do Sebrae e Ministério do Turismo, começa a estruturar um mix de produtos turísticos que, depois de organizado, representará um rico cardápio de informações que poderá ser utilizado tanto pelo turista autoguiado como por operadoras que se interessarem.

Como toda conquista traz consigo novas responsabilidades, passamos a enfrentar um grande desafio que é o de valorizar o agroturismo como atividade diferenciada no estado, como referência em Produção Associada ao Turismo e valorização do homem do campo.

Hoje podemos afirmar que o movimento dos Circuitos do Agroturismo do Espírito Santo está trazendo importantes benefícios ao estado, uma vez que consegue ao mesmo tempo valorizar a cultura local, preservando as características históricas e ambientais locais, e contribuir com o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

“Hoje podemos afirmar que o movimento dos Circuitos do Agroturismo do Espírito Santo está trazendo importantes benefícios.”

* Rodrigo Belcavello Barbosa é administrador, contador, especialista em Gestão Estratégica em Finanças, coordenador da Agência de Desenvolvimento Regional de Venda Nova do Imigrante e do Projeto Desenvolvimento do Agroturismo na Região Montanhas Capixabas, trabalha há dez anos no sistema Sebrae. E-mail: rodrigo.barbosa@es.sebrae.com.br

Teimosia que faz um mundo melhor



"Ao levar para a GranExpoES um pouquinho dos rincões capixabas, ficamos honrados em ver tantas manifestações de apoio ao agroturismo no Espírito Santo. Tivemos a certeza que não somos apenas 'sonhadores', mas acreditamos e trabalhamos para a realização de sonhos.

Nós agricultores fomos considerados destruidores do meio ambiente, mas hoje as coisas mudaram, somos (senão todos, grande parte da categoria) parceiros dos movimentos pelo meio ambiente, talvez os principais engajados, em especial no Espírito Santo. Antes completamente à mercê dos altos e baixos do mercado, temos hoje com o agroturismo um produtor rural motivado para trabalhar e permanecer na sua terra.

A retomada da cultura, festas, costumes e conceitos esquecidos dos produtores rurais tem a influência do agroturismo, que se preocupou também em valorizar a arquitetura rural como atrativo turístico, mantendo a simplicidade das construções.

Aspectos como esses se projetaram na diversificação da produção agrícola, e principalmente na melhoria da renda das famílias e comunidades envolvidas.

Reformulando o nosso espaço, revendo e revendo nossa história, aliados aos amigos que trabalham para a preservação dos recursos naturais, nós 'teimosamente' adeptos

e incentivadores do agroturismo sabemos que esse é um segmento que pode contribuir para melhorar a vida no planeta. E assim, do nosso jeito 'matuto', damos nossa pequena e singela contribuição para um mundo melhor."

Jorge Saiter é presidente da Agrotures - Associação de Agroturismo do Espírito Santo





Fruticultura capixaba

Uma atividade estratégica para a interiorização do desenvolvimento

Dalmo Nogueira *

Quando se fala no agronegócio capixaba, de imediato se pensa na cultura do café, que foi, é e será por muitos anos a principal atividade da agropecuária estadual. Entretanto, esta situação já dava sinais de mudança a partir dos anos 1980, quando a fruticultura começou a se destacar na região Norte do estado, com as culturas de mamão, coco e maracujá.

Posteriormente, já nos anos 1990, iniciaram os plantios comerciais de goiaba, morango, limão, laranja, etc. em diferentes regiões, porém sem planejamento, o que dificultava a profissionalização e a organização do setor.

A partir de 2003 a Seag – Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – coordenou a elaboração do Pedeg – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – que estudou com profundidade as principais atividades agrícolas do estado, dando um direcionamento para cada uma delas. No caso da fruticultura, foi apontada como uma atividade estratégica dentro de um processo natural e necessário de diversificação.

Nesse período, também se instalava no município de Linhares um grande complexo agroindustrial de processamento de frutas (suco e polpa), completando o elo que faltava na cadeia produtiva da fruticultura estadual. Em 2007, o referido plano foi revisado e atualizado, numa nova versão (Novo Pedeg), com as suas metas e ações sendo direcionadas e ajustadas numa visão regional, num horizonte de vinte anos, em consonância com o Planejamento Estratégico do Governo do Estado, o ES-2025, que tem em uma de suas metas a interiorização

do desenvolvimento.

Sem dúvida, a decisão de planejar foi um marco importante na fruticultura capixaba, e a Seag então passou efetivamente a coordenar as ações de fomento, organizando a atividade em Polos de Produção, de acordo com as exigências de clima e solo de cada fruta, e também em função da demanda e do nível de organização dos produtores.

Conforme sabemos, o nosso estado ocupa pouco mais de 0,5% do território nacional, mas apresenta uma série de fatores favoráveis para o desenvolvimento da fruticultura, destacando-se entre eles: diversidade de clima e solo; presença

predominante da agricultura familiar; parque agroindustrial completo; localização geográfica estratégica; boa infraestrutura e logística; e o estabelecimento de parcerias importantes com os diferentes elos da cadeia produtiva de frutas capixaba.

É oportuno lembrar também que na região Sudeste do Brasil é comercializada mais da metade da produção de frutas do país, com uma demanda

crescente, tanto para o mercado in natura quanto de frutas processadas, o que dá mais segurança para investir na atividade.

Baseado nesse cenário, a Seag está apostando no fomento da fruticultura de forma planejada e organizada através dos Polos de Produção diversificados, voltados para atender os mercados in natura e industrial. Dessa forma pretende-se gerar maior competitividade, mantendo e ampliando mercados, sem perder de vista os cuidados necessários com a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

“O nosso estado ocupa pouco mais de 0,5% do território nacional, mas apresenta uma série de fatores favoráveis para o desenvolvimento da fruticultura.”

* Dalmo Nogueira da Silva é engenheiro agrônomo pela UFV com especialização em Comércio Exterior pela Ufes. Atualmente ocupa o cargo de gerente estadual do Programa de Fruticultura da Seag

Fruticultura



"Como um agente integrador da cadeia frutícola do Espírito Santo, a TROP Frutas do Brasil S.A. teve um enorme prazer em participar da GranExpoES. Ganhamos, e muito, com este evento, pois as palestras técnicas e científicas foram de alto nível. Além de proporcionar conhecimento, serviram também como uma forma de aproximação das empresas e pessoas ligadas à fruticultura e áreas afins. No estande da Fruta Saudável, TROP e seus parceiros reafirmaram o compromisso sustentável desse negócio, bem como o fortalecimento das parcerias."

Marcos Leonardo Miranda

Gerente Geral da TROP Frutas do Brasil, indústria de polpas sediada em Linhares

"A Brapex já tem presença confirmada para a versão 2010 da feira. Prometemos que na próxima edição levaremos muitas novidades e também contribuiremos nas ações mercadológicas que acontecerão. Acreditamos no crescimento do setor e queremos compartilhar com todos os capixabas do orgulho de termos um produto agrícola tão cobiçado e desejado, tanto no mercado nacional como no internacional. Afinal, o mamão papaya projetou Linhares para o mundo, e consequentemente o estado do Espírito Santo!"

Marcelo Denadai

Presidente da Brapex – Associação Brasileira dos Exportadores de Mamão Papaya



"Nossa cooperativa organizou uma caravana com mais de trinta produtores para visitar a GranExpoES e participar do 1º Seminário de Agroindustrialização da Fruta. Todos foram unânimes em elogiar o evento, especialmente a oportunidade da troca de experiências com produtores do sul do estado e de outras regiões. Em 2010 estaremos juntos novamente."

Wander Boninsenha

Presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Jaguaré, maior cooperativa de maracujá do Brasil, com quatrocentos hectares de área plantada

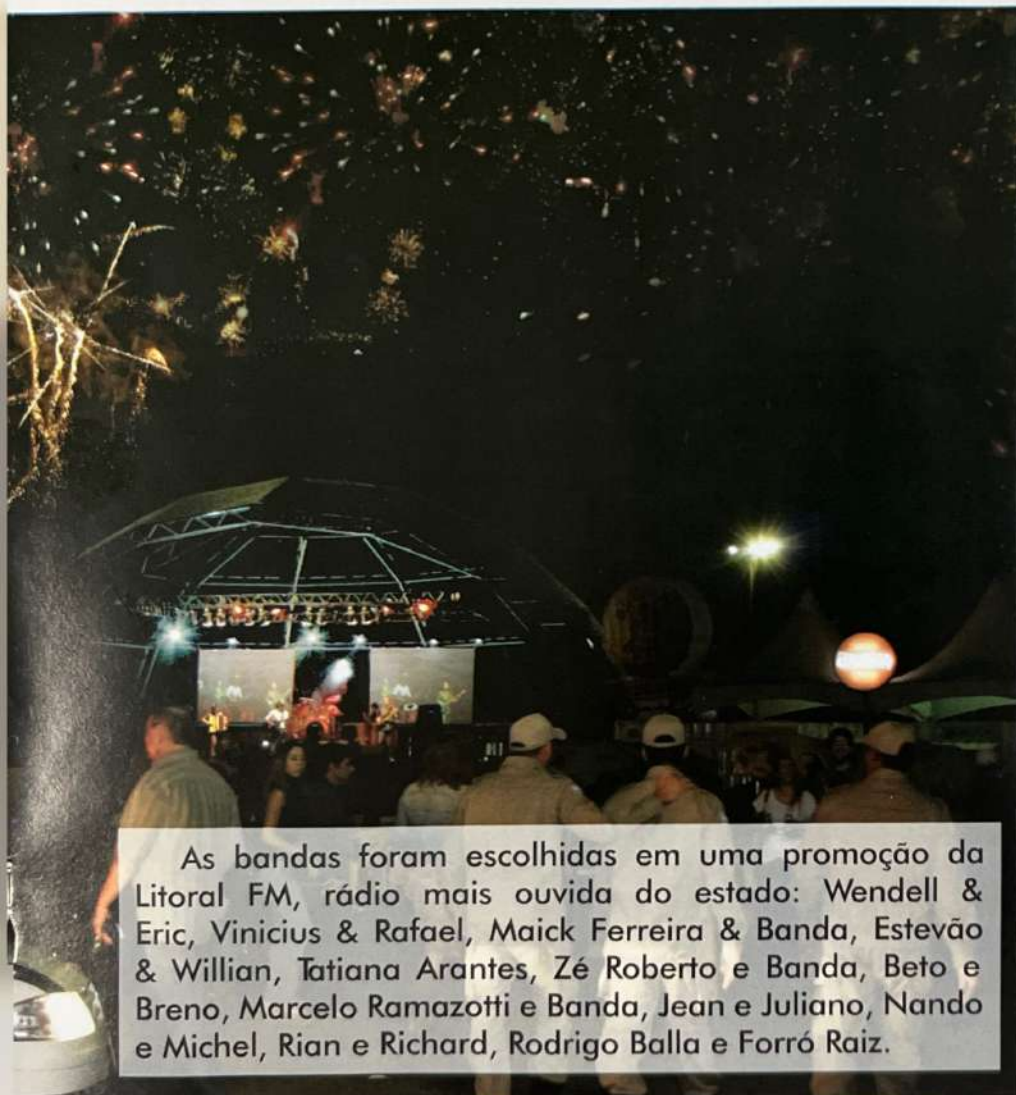
A diversão também faz parte do negócio

Prata da Casa

As noites da GranExpoES foram animadas por shows, num grande palco montado na Praça de Alimentação, coordenada pelo Projeto Roda de Boteco, que reúne os melhores bares e tiragostos da Grande Vitória. Os artistas capixabas substituíram os grandes nomes nacionais que tradicionalmente se apresentavam nas edições anteriores do evento.



O que é diversão para uns é trabalho para outros. A estrutura de lazer, entretenimento e alimentação na GranExpoES envolveu perto de quatrocentas pessoas, entre cantores, instrumentistas, cavaleiros, peões, palhaços, locutores, vendedores, cozinheiros, garçons, operadores de som e luz, produtores e mais uma série de profissionais de apoio. Tudo isso para que o evento fosse também um espaço de confraternização e alegria, como convém a uma grande feira agropecuária.



As bandas foram escolhidas em uma promoção da Litoral FM, rádio mais ouvida do estado: Wendell & Eric, Vinicius & Rafael, Maick Ferreira & Banda, Estevão & Willian, Tatiana Arantes, Zé Roberto e Banda, Beto e Breno, Marcelo Ramazotti e Banda, Jean e Juliano, Nando e Michel, Rian e Richard, Rodrigo Balla e Forró Raiz.

Duplas sertanejas, grupos musicais e folclóricos de diversos municípios também brilharam em apresentações que encantaram o público da capital com o talento dos artistas do interior. Para os mais velhos foi hora de matar as saudades e reavivar a memória. Para os mais jovens, uma oportunidade de ter contato com as manifestações das raízes culturais da complexa formação do povo capixaba.

“Foi uma excelente oportunidade para os artistas locais. Pudemos mostrar o talento dos capixabas e ocupar espaço no coração do público da capital e do interior”, agradeceu **Tatiana Arantes**, vocalista de uma das quinze bandas que se apresentaram no palco da praça e na casa de shows Saloon Country.



Águas do Rio Doce [49]



mais de 15 mil empregos diretos

A participação de aves em exposições agropecuárias e eventos do gênero é restrita, pois elas são muito sensíveis. Mas, os setores da avicultura e da suinocultura estiveram presentes, através de banners informativos e capacitação dos jovens monitores da Fazenda Ecológica.

A inserção dos dois setores na GranExpoES 2009 mostrou que as atividades podem contribuir para a consolidação do evento e esse por sua vez poderá contribuir para o crescimento das atividades.



"Entendemos que existem várias vertentes comuns entre os setores do agronegócio capixaba que podem ser trabalhados conjuntamente. O empresário avícola capixaba busca o seu crescimento com competência e está sempre buscando atualizar-se junto aos mercados nacional e internacional. Temos os princípios de responsabilidades econômica, social e ambiental". **Argêo Uliana**, presidente da Aves - Associação dos Avicultores do Estado do Espírito Santo



"O suinocultor capixaba poderá contar com várias alternativas interessantes para treinamentos e atualização tecnológica em um evento com a magnitude da GranExpoES. Estamos interessados em desenvolver ações em prol do produtor e buscar qualidade para o consumidor e a GranExpoES poderá ser a porta de acesso para esses dois setores.

Iniciamos em Cachoeiro de Itapemirim e em supermercados da Grande Vitória a campanha Um Novo Olhar Sobre a Carne Suína, buscando estimular o consumo de carne por meio de cortes menores e mais apresentáveis nas gôndolas de supermercados. A campanha mostra também à população que a carne suína não faz mal à saúde, conforme pesquisas nacionais e até internacionais. Queremos desmistificar a má imagem que há muitos anos o suíno vem recebendo." **José Puppim**, presidente da Associação de Suinocultores do Espírito Santo



"A previsão é que o setor de avicultura de corte cresça 100% nos próximos dois anos e a produção de ovos em torno de 30%. Já a suinocultura tem capacidade de crescer cerca de 30% nos próximos três anos. Um dos grandes gargalos que terá que ser resolvido para impulsionar esse aumento de produção é em relação ao abastecimento de grãos". **Nélio Hand**, secretário executivo das associações

Dados das associações

AVES

- 4 milhões de aves de corte por mês
- 201 produtores / empresas
- 12.500 empregos diretos, 10.000 indiretos
- 11,48% da produção nacional de ovos
- Faturamento de R\$ 500 milhões em 2008
- Consumo de 50 mil toneladas de insumos

ASES

- Plantel de 17 mil cabeças de suínos
- 57 produtores / empresas
- 2.850 empregos diretos, 1.900 empregos indiretos
- Produção média mensal (2008/2009): 1.800 toneladas de carne
- Faturamento de R\$ 81 milhões em 2008

Opinião



Luciana Zetun *

Animal sadio, diversão segura

O Idaf – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – é responsável pela execução no estado das políticas de defesa sanitária das atividades agropecuárias, florestais, pesqueiras, dos recursos hídricos e solos.

Para um animal participar de aglomerações (leilões, rodeios, concursos leiteiros e exposições) como na GranExpoES, deve-se comprovar que está sadio por meio de declarações, exames e comprovantes de vacinação emitidos por médicos veterinários. Bovídeos devem estar livres de doenças como brucelose, tuberculose e aftosa; equídeos, de anemia infecciosa equina e mormo. Outra exigência é a GTA – Guia de Trânsito Animal – sem a qual nenhum animal pode ser transportado no território brasileiro.

Durante a GranExpoES, os mais renomados técnicos do Idaf participaram da programação técnicocientífica nas áreas florestal e de recursos hídricos. Um estande do Idaf funcionou no pavilhão de animais para informar sobre as atividades do órgão e sobre a 95ª Campanha de Vacinação contra a Febre Aftosa, com início dia 1º de novembro.

A febre aftosa é muito contagiosa e acomete bovinos, caprinos e suínos. A vacinação é obrigatória e fundamental para a manutenção dos índices do Espírito Santo, há treze anos livre da enfermidade.

*Luciana Caldas Zetun é médica veterinária do Idaf



Rodeio Integração

Encerrando as atividades noturnas de quinta, sexta e sábado, os peões e grande público se dirigiam à arena construída especialmente para o Rodeio Integração, realizado de acordo com os padrões da CNAR – Confederação Nacional de Rodeio. Quem participou pôde acompanhar a desenvoltura dos corajosos desafiantes da montaria em touro. As arquibancadas e camarotes ficaram lotados com cinco mil pessoas entre louras e morenas de calças apertadas, rapazes de chapéu e muitas famílias. As premiações deixaram os peões ansiosos por outra chance em 2010.



Atração Clássica

Uma diversão diferente para as famílias que visitaram a GranExpoES foi assistir às provas de hipismo clássico. Mesmo debaixo da chuva fina que caía na pista, muitas pessoas foram apreciar a desenvoltura dos cavaleiros e amazonas capixabas, mineiros e cariocas, que esbanjaram charme e elegância. Foi a 5ª Etapa do Campeonato Estadual de Hipismo, um esporte olímpico, considerado de elite, em que o Brasil sempre teve importantes representantes.



Fórum de Ciência & Desenvolvimento Rural

Participação do produtor rural

A Foes – Federação da Agricultura do Espírito Santo – e o Fosemag – Fórum de Secretários Municipais de Agricultura, reuniram-se dentro da GranExpoES, garantindo a participação dos produtores com representações de quase todos os municípios capixabas.



O novo Código Florestal Brasileiro e outros temas ambientais foram amplamente debatidos. Representantes de Moçambique
[52] Águas do Rio Doce

Com o apoio das principais instituições de pesquisa e extensão do estado, pela primeira vez a GranExpoES abriu um espaço específico para discussões científicas, técnicas e políticas, envolvendo temas que influem direta e indiretamente na interiorização do desenvolvimento no estado do Espírito Santo. Foram cinco auditórios e salas, onde aconteceram oitenta horas de atividades entre palestras, painéis, mostras, seminários, encontros, reuniões técnicas e minicursos.

A iniciativa de organizar a Unidade Técnico-científica na GranExpoES 2009 foi da Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo – através do LabGest – Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos & Desenvolvimento Regional. “O Fórum de Ciência & Desenvolvimento Rural pretende tornar-se o principal fórum contínuo de discussão da atuação dos setores de ciência e tecnologia e do ensino agrotécnico em suporte à sustentabilidade do desenvolvimento rural capixaba. O evento pode contribuir com subsídios embasados técnica e cientificamente para o planejamento, estruturação, execução, monitoramento e avaliação de desempenho de ações nesse sentido, considerando as mais diversas áreas afins do conhecimento”, explica o coordenador do Labgest e do Projeto Águas do Rio Doce, **Edmilson Costa Teixeira**.



O Fórum abrigou também um espaço institucional com mostras de trabalhos e projetos de pesquisa, além de estandes da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia / Fapes – Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – e do Ifes.

Minicursos Conhecimento ao alcance do público

Seguindo a proposta de difusão de conhecimento, foram oferecidos treze minicursos, de quatro horas de duração cada, sobre temas que variaram de cuidados e nutrição animal a potenciais impactos das mudanças climáticas na agricultura, passando por hidroponia e plantas medicinais. As inscrições foram feitas gratuitamente pela internet.

Os cursos foram oferecidos pelo CCA Ufes – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo, de Alegre, no sul do estado; pelo Ifes – Instituto Federal de Ensino, de Colatina, na região noroeste; pela Esfa – Escola São Francisco de Assis, de Santa Teresa, na região serrana; e pelo Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, sediado em Vitória.



garantiram consolidação da parceria em 2010. Palestrantes de nível nacional e internacional valorizaram ainda mais o evento

Debates

Saneamento ambiental e desenvolvimento rural

A Lei de Saneamento Básico (11.445/07) foi discutida dentro da GranExpoES, tendo em vista a importância da elaboração do PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico – e de suas ações, como instrumento para proporcionar a melhoria na vida das populações rurais. “As comunidades rurais também serão contempladas. As obras são caracterizadas por seu alcance social, onde levam mais saúde e qualidade de vida ao homem do campo, preservando o meio ambiente”, explica Nilton Andrade, coordenador regional da Funasa – Fundação Nacional de Saúde – no Espírito Santo, órgão responsável pela realização do Encontro de Gestores Municipais de Saneamento e Saúde.

A nova lei obriga os municípios a elaborarem seus PMSBs. Aquele que não concluir o plano até 31 de dezembro de 2010 não receberá mais recursos para saneamento a partir de 2011.

Além de gestores municipais de saneamento e saúde de cerca de trinta municípios e das lideranças do setor no estado, a discussão sobre saneamento trouxe à GranExpoES representantes de outros estados. O superintendente do Saae de Itapira-SP Nei Roberto Silva, apresentou o plano do seu município como exemplo para os capixabas. O presidente da Assemae – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Arnaldo Dutra, destacou os principais ganhos da nova lei.



Pesquisadores reunidos Demandas do setor agrícola

Um seminário com a presença de mais de cinquenta pesquisadores discutiu as demandas do agronegócio em pesquisa, desenvolvimento e capacitação, apontando as reais necessidades do meio rural no que se refere ao desenvolvimento de tecnologias e inovações de procedimentos. O Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural – é hoje a principal instituição de pesquisa no setor no estado.



Capacitação e interação

GranExpoES ajuda a construir sustentabilidade

Paulo Fabrício *

Vivemos um momento da história em que diferentes problemas ambientais afetam o mundo simultaneamente, e uma coisa é certa: eles não são como crises que vêm, se instalam e depois desaparecem, nem possuem uma solução simples, mágica e perfeita.

Resolvê-los perpassa um trabalho extenso, envolvendo todos os setores da sociedade num projeto de educação ambiental de qualidade, pois não é apenas fechando as torneiras da pia que o cidadão contribui para a construção de um cenário ambiental mais promissor.

Quando me deparei com a GranExpoES 2009, me convenci de que as sementes dessa união podem muito bem sair de espaços desse tipo. O evento contava com diferentes alas, aparentemente distintas, porém com interação.

A mim chamaram mais atenção dois espaços, o Fórum de Ciência e Desenvolvimento Rural e as exposições de empresas e municípios, pois reuniam setores de suma importância em um único local: governo, instituições de ensino/pesquisa, setor produtivo e a sociedade civil, que circulava como visitante por todos os espaços.

Dessa interação, dois tópicos merecem discussão: a capacitação direta dos participantes das atividades técnico-científicas do Fórum de Ciência; e a interação entre empresas e instituições de ensino.

Espaços capazes de reunir especialistas e pessoas comuns para discutir ciência, tecnologia e sociedade são raros. Devem ser valorizados e aproveitados ao máximo, pois permitem a construção do conhecimento científico inserido na realidade de cada indivíduo.

Eles colaboram para que os conceitos científicos sejam usados pela população para compreender o ambiente em que vive e a partir daí opinar sobre questões como a ambiental.

Quando o cidadão compreende que a sustentabilidade deve ser econômica, social,

ambiental e política, sem dúvida, compreende melhor as ferramentas para se inserir de maneira crítica e transformadora na sociedade.

Essa transformação é necessária todos os dias, independentemente de ser em escala macro ou micro.

Já o segundo tem tanta relevância porque no Brasil existem mais de 180 universidades, além de diversas instituições de pesquisa, nas quais todos os dias surgem ideias com potencial transformador, mas grande parte delas não chega efetivamente a ser viabilizada, e nunca atinge o mercado. Muitas nem mesmo chegam ao conhecimento das empresas que as poderiam viabilizar.

Parte da dificuldade de transformar ideias em produtos vem da falta de comunicação entre o setor produtivo e os grupos de pesquisa, devido a fatores como a simples inexistência de contato efetivo entre eles e a diferença de objetivos dos dois grupos, um tradicionalmente voltado à academia, o outro ao mercado.

Essa barreira vem se modificando nos últimos anos, mas ainda há empecilhos no caminho.

Talvez a presença desses setores dentro do mesmo espaço tenha ajudado a remover o primeiro empecilho, pois importantes contatos foram feitos entre os representantes de grandes empresas do Espírito Santo e representantes de diferentes institutos de ensino e pesquisa.

Criou-se assim um canal de aproximação, que já começa a dar seus primeiros frutos. Um exemplo foi o diálogo entre a indústria de polpas Trop Frutas e o grupo de Tecnologias Ambientais da Universidade Federal de Lavras. A parceria ainda dá seus primeiros passos, mas já nasce com boas perspectivas.

A união entre empresas, universidades, governo e sociedade civil para um desenvolvimento realmente sustentável fará surgir, sem dúvida, soluções para ajudar a equilibrar a tão agitada balança ambiental dos tempos modernos.

// Importantes contatos foram feitos entre empresas e diferentes institutos de ensino e pesquisa. //

* Paulo Fabrício Martins é pesquisador e graduando em Química pela Ufla – Universidade Federal de Lavras, membro do grupo de tecnologia ambiental da Ufla. Idealizador e coordenador do Fórum de Química Ambiental da UFLA. Foi monitor do programa Geração Futura e é conselheiro jovem do Projeto Águas do Rio Doce

Inovações chegam ao campo e fortalecem o país

André Pires *

Ao falarmos de pesquisa, rapidamente pensamos em desenvolvimento tecnológico, robôs, máquinas de última geração, telecomunicação, internet. Porém, nos esquecemos dos grandes avanços científicos alcançados por nossos pesquisadores no meio rural. Esquecemo-nos de como esses avanços tecnológicos chegam até o homem do campo.

É nesse ponto que devemos parar para refletir: quem são os responsáveis pela produção de cerca de 40 milhões de sacas de café em 2009? Quem produziu cerca de 57 milhões de toneladas de soja em 2009? Onde estão os produtores das cerca de 51 milhões de toneladas de milho em 2009? Quais são os agentes que auxiliam esses produtores? Como as inovações tecnológicas chegam até esses produtores?

Realmente as inovações tecnológicas têm chegado ao meio rural, e isso graças aos pesquisadores e extensionistas, que com muito trabalho e dedicação estão conseguindo promover o desenvolvimento rural em nosso país. Instituições como as universidades, os institutos federais, o Incaper, a Emater-MG, dentre diversas outras, merecem parte desse mérito. Diversas são as áreas de pesquisa e extensão de cada instituição, contribuindo cada uma para o desenvolvimento rural local, regional e nacional.

Sabemos que sempre teremos muito a pesquisar e que o meio rural brasileiro ainda necessita de muito auxílio governamental para continuar a se desenvolver, porém não podemos negar que o Brasil deixou de ser considerado um país que produz para subsistência e passou a ser visto com outros olhos pela comunidade internacional. O Brasil é considerado atualmente o celeiro do mundo e as perspectivas de desenvolvimento rural são muitas.

Além do apoio de diversas instituições, também devemos refletir sobre a importância de alguns eventos na promoção do desenvolvimento rural. Exposições, feiras, seminários, simpósios e congressos são exemplos de eventos que têm contribuído para o desenvolvimento do meio rural brasileiro. É em eventos como esses que os produtores têm a oportunidade de conhecer as novidades que estão sendo geradas nas diversas áreas. É nesses eventos que os extensionistas iniciam o processo de transmissão de conhecimento aos produtores rurais.

Um exemplo de evento que tem promovido essa integração entre pesquisa, extensão, produtor e comunidade é a GranExpoES, realizada anualmente na Grande Vitória-ES. Com uma nova proposta, em 2009, os organizadores do evento tiveram o objetivo de integrar as cadeias produtivas do agronegócio capixaba, fortalecendo a pecuária e agregando outros setores. O intuito foi mostrar o conjunto do agronegócio do estado do Espírito Santo e contribuir para alavancar o desenvolvimento sustentável com qualidade de vida no campo.

Outra novidade da GranExpoES 2009 foi a criação de um espaço técnicocientífico, que promoveu com grande êxito a integração entre todos os agentes envolvidos no desenvolvimento rural capixaba. Esse espaço foi aberto para seminários, fóruns de debates, minicursos, palestras e reuniões, com foco em ciência, tecnologia e pesquisa agropecuária. Entre os temas em debate, destacaram-se as questões ambientais, como o uso da água; as mudanças no Código Florestal e adequações nas propriedades rurais; e o uso dos recursos pesqueiros como estratégia para o desenvolvimento regional no Espírito Santo.

Esperamos cada vez mais o fortalecimento do meio rural brasileiro, mostrando que podemos ser um país de futuro, mas evidenciando que esse desenvolvimento se inicia no campo.

“As inovações tecnológicas têm chegado ao meio rural graças a pesquisadores e extensionistas com muito trabalho e dedicação.”

* André Assis Pires é engenheiro agrônomo – Ufes, mestre em Fitotecnia – UFV, doutor em Produção Vegetal – Uenf, professor do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes – Campus Itapina (Culturas Perenes), pesquisador na área de nutrição de plantas e produção de mudas de café conilon



Agroindustrialização das frutas

Perspectiva e desafios para o crescimento do setor

Moacyr Saraiva *

Ao abordar a agroindustrialização das frutas no Brasil, é importante considerar o papel das agroindústrias ao longo da cadeia produtiva, pois conforme sua posição as empresas atendem segmentos de mercado diferentes.

As fábricas de transformação primária processam as frutas gerando produtos intermediários para atender indústrias de sucos prontos para o consumo, fábricas de doces, indústrias lácteas, de sorvetes e outros setores de alimentação, química e cosméticos.

Atualmente os principais demandantes finais para semielaborados (principalmente polpas e sucos) são indústrias de sucos, néctares e doces, com 78% do consumo, seguindo-se o setor de sorvetes com 18%, produtos lácteos 3% e demais setores 1%.

Merece destaque o setor de sucos e néctares, que vem crescendo a taxas médias de 13,9%, comercializando 426,1 milhões de litros em 2008. Os drinques à base de frutas (refrescos) vêm evoluindo a taxas médias de 15,2%, comercializando 997,5 milhões de litros em 2008. Segundo analistas, o crescimento dessas bebidas deve continuar pelo menos até o horizonte de 2012, com taxas de 7% a 9%.

Somando-se a esses produtos, novas bebidas como chás saborizados, isotônicos, águas saborizadas, bebidas à base de soja com frutas e de leite com frutas, deverão expandir-se representativamente, o que significa maior demanda de semielaborados, e em decorrência, mais frutas.

Contudo, entraves e desafios de várias naturezas se interpoem ao panorama de boas oportunidades para o crescimento da agroindustrialização das frutas no Brasil e precisam ser contornados. As principais barreiras são:

- Inexistência no Brasil de forma institucionalizada de uma fruticultura dirigida para a agroindustrialização (exceto citros).
- Formas frágeis ou não existentes de organização

para industrialização das frutas.

- Falta de orientação para direcionar o setor pela ausência de um planejamento estratégico diretor e ausência de uma política agroindustrial.
- Desconsideração e ou desconhecimento da tipologia e função das agroindústrias, que acarreta dificuldades de estabelecimento dos mercados foco.
- Muito poucos projetos cooperativos de pesquisa e desenvolvimento entre empresas e centros de excelência brasileiros.
- Baixo nível de adoção de sistemas de gestão para qualidade, principalmente pelo segmento de transformação primária.
- Deficiência na capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para gestão.

- Falta de linhas de crédito e financiamento adequadas às peculiaridades do setor.

- Legislação brasileira cria confusão junto aos consumidores.
- Condições econômicas limitarão inovações e o crescimento futuro.
- Atualmente a rentabilidade dos sucos e néctares está bastante baixa, devido à pressão sobre os preços de venda.

As novas oportunidades não se restringem ao mercado interno apenas. O comércio mundial de bebidas de frutas está por volta de 80 bilhões de litros. O aumento

previsto do consumo médio global de sucos, néctares e drinques é de cerca de 4% ao ano até 2010, ou seja, uma necessidade de oferta de mais de 3,2 bilhões de litros, até o final do próximo ano.

A tendência para as agroindústrias internacionais que utilizam derivados de frutas é buscar a diversificação para manter e/ou ampliar seus mercados. Nesses termos a agroindústria de frutas brasileira leva vantagem considerável sobre suas concorrentes.

Contudo, são necessários produtos seguros, de qualidade e que respeitem irrestritamente clientes e consumidores finais.

“A tendência para as agroindústrias internacionais que utilizam derivados de frutas é de buscar a diversificação para manter e ou ampliar seus mercados.”

* Moacyr Saraiva Fernandes é engenheiro químico pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto de Tecnologia, com pós-graduação em Tecnologia de Frutas na Universidade da Califórnia. Atuou vinte anos na Cica e hoje ocupa cargos de direção e pesquisa em empresas e instituições de fruticultura como Ibrat, Embrapa e MV Engenharia de Alimentos



Fruticultura e meio ambiente

Diferentes cenários na bacia do rio Doce

Antônio Fernando *

Duas realidades se confrontam nas fecundas terras da bacia do rio Doce, generosamente irrigadas pelas águas do querido rio e seus copiosos afluentes. Uma delas ocorre no estado do Espírito Santo com o desenvolvimento significativo da fruticultura local, impulsionado pelo substancial apoio financeiro, tecnológico e logístico do governo.

Viu-se claramente na GranExpoES 2009 como está vibrante o empreendedorismo dos produtores, processadores e indústrias de frutas naquele estado, e o alto nível das discussões sobre os problemas que os envolvem, nas diversas palestras que pudemos acompanhar naquela oportunidade.

Aqui incluímos também os temas ambientais abordados com grande seriedade e realismo, todos procurando o caminho para o desenvolvimento sustentável da região.

A outra realidade está no estado de Minas Gerais, especificamente na região do médio rio Doce, que tem por tradição e herança uma razoável produção de frutas mal exploradas, resultado de plantios de meados do século passado, sem qualquer tecnologia e apoio governamental.

Tenta-se, através de um eficiente trabalho da ONG Projeto Águas do Rio Doce, evitar o corte de árvores frutíferas, pois os produtores estão vendo nas velhas plantações apenas prejuízos e estorvo para seus empreendimentos. Sem nenhuma receita, ficam desinteressados e descrentes com a atividade.

Aplausos e elogios para a realidade vivida

pelos espírito-santenses. Motivo de uma reflexão séria e alteração de posicionamento são atitudes inadiáveis para nós mineiros. O potencial da região é enorme, talvez um dos mais promissores do estado na área de fruticultura, e a necessidade do produtor rural, pecuarista em maioria, em diversificar sua produção é evidente e improrrogável.

As terras são férteis, o clima propício para várias espécies de frutas, uma posição estratégica de mercado, e mais outras condições, levam a acreditar no sucesso de um grande empreendimento na região.

Na área ambiental também duas realidades estão claras. Aplausos para o Espírito Santo, que já está efetuando pagamentos aos produtores rurais por serviços ambientais realizados. Em Minas ainda se faz uso da punição e multa como tentativa de solucionar os problemas ambientais.

Por que ao invés de policiais militares não se mandam técnicos e profissionais para o campo para educar, advertir e esclarecer? A punição tem produzido, sim, inimigos do meio ambiente que ao invés de passar a protegê-lo o desprezam e querem desconhecê-lo!

Ter um rio como o Doce como agente de produção e desenvolvimento é uma dívida da natureza que poucos lugares do mundo têm. Aproveitar bem as terras ribeirinhas da nossa bacia, que são as melhores do mundo, é um dever nosso e pilar forte para promovermos o desenvolvimento sustentável de todo o médio rio Doce.

//
**Aplausos para a
realidade espírito-
santense. Reflexão
e alteração de
posicionamento são
atitudes inadiáveis
para nós mineiros.**//

* Antônio Fernando do Nascimento Teixeira é advogado, membro e ex-membro de instituições ruralistas, de comércio e meio ambiente em Governador Valadares e Conselheiro Pena, e é conselheiro da Coopfrut-MG

Nós acreditamos nas futuras gerações



Graças a parcerias e apoios, o Programa Geração Futura levou educação ambiental para mais de **100 mil** crianças e jovens. **Invista nesta ideia.**

IDEALIZAÇÃO

PROJETO
Águas do Rio Doce

extrema
EVENTOS E PARTICIPAÇÕES



ef INSTITUTO
ECO-FUTURISMO



Crianças aprendem como produzir conservando a natureza

Fazenda Ecológica

O nome já diz tudo. Neste espaço, a proposta é discutir amplamente os conceitos de produção sustentável. Mostrar como é possível produzir preservando o meio ambiente, reforçando para as crianças e jovens a importância do meio rural para a sobrevivência e a qualidade de vida na cidade. As atividades foram divididas em rotas. Em cada uma os alunos passavam por salas onde, de maneira lúdica, recebiam informações sobre a história do povo e da agricultura capixaba, começando pela colonização portuguesa, alemã e italiana e chegando até os dias atuais.



Ali eles tomavam conhecimento do Novo Pedagogia, o planejamento estratégico estadual para a agricultura, das rotas de turismo rural do município da Serra e curtiam uma réplica da praia de Castelhanos, candidata ao título Bandeira Azul de qualidade das águas. Uma parceria com a Polícia Militar possibilitou a realização de uma oficina sobre acupuntura em animais e a criação de abelhas para produção de mel e própolis. Aspectos geológicos e ecológicos da produção de pedras ornamentais como granitos e mármore também foram observados pelos visitantes.

Geração Futura é um programa do Projeto Águas do Rio Doce que reúne atividades de educação ambiental para crianças, adolescentes e jovens, envolvendo capacitação de agentes e educadores da geração que vai administrar o futuro do campo e da cidade, de acordo com os princípios da Lei Federal 9.433, a chamada Lei das Águas.

Desde 2005, quando teve início o Programa Geração Futura, cerca de 100 mil crianças passaram pelas oficinas educativas ou se envolveram nas Feiras Escolares, concursos do Dragão da Poluição, Fórum Mirim e outras atividades; mais de 1500 professores foram capacitados, dezenas de minicursos foram oferecidos. A partir de 2008 o projeto passou a integrar a programação da GranExpoES, ampliando o atendimento ao público mirim.

Em 2009, além da visita dirigida ao evento, o Programa Geração Futura capacitou duzentos adolescentes da Escola Municipal Lacy Zuleica Nunes para atuarem como monitores nas diversas atividades e fez palestras de mobilização em várias escolas do município de Serra, anfitrião do evento.

Foram abertas oportunidades de estágio para jovens e adultos do Curso Técnico em Guia de Turismo da Escola Estadual de Jacaraípe e para universitários a exemplo dos estudantes de biologia da FAESA. Dirigentes escolares debateram na programação do Fórum de Ciências e Desenvolvimento o tema Geração Futura e Desenvolvimento Rural no Espírito Santo.



Este ano a Fazenda Ecológica representou uma casa típica da zona rural. As portas se abriam para a Trilha dos Animais, oficinas educativas e o circuito de agroturismo de Serra.

Ao fim de sua participação, os alunos receberam lanches fornecidos pelos parceiros, contendo morango, mamão, maçã, sucos, entre outros, e kits com revistas e jogos interativos. Tudo embalado em sacolas oxibiodegradáveis, chamando a atenção para a preservação do meio ambiente e o consumo consciente. Algumas turmas tinham oportunidade ainda de ir ao cineminha oferecido pela Prefeitura de Vitória ou à escolinha de golfe, onde professores orientavam os jovens e adolescentes em suas primeiras tacadas.



educação ambiental



Maquete animada

Outra atração irresistível para crianças e adultos foi a maquete animada com a bacia do rio Doce e o estado do Espírito Santo. Além de conhecer a complexidade hídrica do estado, os visitantes se encantaram com o trenzinho que reproduzia a Estrada de Ferro Vitória a Minas transportando riquezas entre o mar e as montanhas.

Minifazendinha

Como já é tradição na GranExpoES, foi montada uma Minifazendinha, onde todos os animais eram miniaturas: vacas, burros e até os pôneis eram mini. Passeando em minicharrete ou montados em minisselas as crianças puderam se sentir verdadeiros minifazendeiros.



Jovens Rurais

A juventude rural teve uma programação especial dedicada a ela durante a GraneExpoES. O Fórum de Ciências realizou um seminário para discutir o envolvimento dos jovens nos projetos de sustentabilidade rural. Mas o momento mais importante para esta turma que vai comandar os destinos do meio rural nos próximos anos, foi a formatura do Curso de Gestão, realizado pelo Programa de Valorização da Juventude Rural, da Seag, como parte das estratégias previstas no Novo Pedagogia.

A formatura ocorreu no espaço do Saloon Country, com a presença do vice-governador Ricardo Ferraço e outras autoridades. Foram rezeiros jovens, entre quinze e trinta anos, vindos de dez regiões do estado. Eles participaram do curso de qualificação profissional, com 200 horas de duração, no primeiro semestre de 2009, recebendo os diplomas durante a GranExpoES.



Parceiros na ação

Ao longo dos anos de atividades o Programa Geração Futura contou com inúmeras parcerias. São empresas e instituições que apoiam com recursos financeiros, materiais ou humanos, mas principalmente apostam num futuro melhor para todos.



Alma do Rio - Coordenou as atividades do Programa Geração Futura. A ONG ficou conhecida pelas descidas de caiaque no rio Doce e outros importantes cursos d'água até fora do Brasil, como o rio Douro, em Portugal.



Instituto Biolago - Criado durante o 4º Fórum das Águas do Rio Doce, participou da GranExpoES, através do seu presidente, Antônio Ruy Jr, conhecido com "Prefeitinho das Lagoas", pelo seu carinho com as lagoas de Linhares, em especial a Juparanã.



Esfa - O paredão de escalada despertava o interesse pelo esporte das montanhas. Montado pela equipe de Educação Física da Esfa - Escola São Francisco de Assis, de Santa Teresa, parceira do programa Geração Futura desde 2006.



Aves / Ases - As associações capixabas de criadores de aves e de suínos marcaram presença mostrando as tecnologias modernas para produção de proteína animal de qualidade.



Hortifruti - A empresa disponibilizou uma nutricionista para capacitar os monitores sobre o Programa 5 ao Dia, que estimula o consumo de alimentos de cores diferentes. Forneceu 10 mil frutas para distribuição entre os visitantes.



Brápex - Uma carreta carregada de mamões foi a contribuição da Associação Brasileira dos Exportadores de Papaya, que representa as quinze principais empresas do setor no país.



Peterfrut - Os monitores conheceram e ensinaram aos visitantes a importância do acompanhamento da qualidade no processo de produção, garantindo frutas sempre saudáveis à mesa. Não faltou morango na GranExpoES.



Prefeitura de Vitória - Uma minissala de cinema recebeu a criançada para uma verdadeira aula sobre turismo e hospitalidade. Os mascotes divertiam e informavam.



Selita - A cooperativa do sul capixaba sempre apoiou a GranExpoES e este ano passou a fazer parte dos parceiros do Programa Geração Futura. Distribuiu bebidas lácteas para a criançada.



Dell Vale Mais - A marca recém lançada, fruto da fusão das duas maiores empresas de sucos de frutas do Brasil, completou o pacote de comidas e bebidas saudáveis fornecidas à meninada.



Clube Capixaba de Golf - Montou a escolinha de golfe, fornecendo tacos e bolinhas para que os jovens visitantes pudessem sentir o "gostinho" desse esporte de famosos.

OPINIÃO

Marcelo Frederico *



Marcelo e Cláudio Ramos (profissional de golfe)

"Quando fomos procurados pela organização para montar a escolinha de golfe dentro da GranExpoES, não imaginávamos a riqueza da experiência que iríamos viver. O que nos atraiu na ocasião foi a importância que enxergamos no Programa Geração Futura. Achamos interessante a proposta de discutir com as crianças e jovens questões sérias como a relação entre agricultura e meio ambiente, mas de uma maneira divertida. Percebemos que tinha tudo a ver com o golfe. Arriscamos e ficamos muito felizes com o resultado. Quase duas mil pessoas testaram suas tacadas no nosso *driving range* (espaço montado exclusivamente para esse fim). Foi uma ótima oportunidade para divulgar o esporte. Muita gente descobriu o quanto o golfe é divertido e prazeroso."

Marcelo Frederico, Diretor de Marketing do Clube Capixaba de Golf



Jean Carlos Nins (caddie e instrutor de golfe)

Feiras e mostras atraem grande público e espantam crise econômica

Além do espaço de negócios, a GranExpoES se destacou pela mostra institucional. Em seus estandes, Ministério da Agricultura, Programa Luz para Todos, Educação Fiscal da Serra e muitos outros puderam informar o público sobre seus programas e projetos.

Um dos destaques foi o Espaço do Produtor, estande institucional do Sistema Faes/Senar – Federação da Agricultura do Espírito Santo/ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Ponto de encontro e batepapo acompanhado de capuccinos, sucos e biscoitinhos, estava sempre cheio de produtores, instrutores e participantes de minicursos e público em geral. "A GranExpoES proporcionou grande visibilidade ao Senar e à Faes. Tivemos oportunidade de mostrar nossas ações e a importância do sistema para o desenvolvimento rural como acreditamos nele: com respeito ao meio ambiente e ao ser humano em seu sentido integral", avaliou uma das organizadoras do estande a assessora técnica do Senar, **Tereza Zaggo**.



Tratores, carros, motos, implementos, rações, doses de sêmen de animais famosos, medicamentos, roupas, acessórios, berrantes e até biodiesel. Tudo que gravita em torno do universo rural foi mostrado e comercializado durante a GranExpoES 2009. Foram cinco dias de intensa movimentação de público e muitos milhões de reais em negócios realizados, superando as expectativas até dos mais otimistas em relação à crise econômica.

A parceria com os bancos facilitou e estimulou as transações. Foram oferecidas linhas de crédito e financiamentos especiais, com destaque para aqueles voltados para máquinas e equipamentos para agricultura familiar, segmento em que o Espírito Santo é destaque nacional.

A feira acertou em cheio pela beleza e variedade dos itens expostos. De artigos de luxo a pequenas lembrancinhas, teve produtos para todas as faixas de poder aquisitivo.

Tratores, utilitários e motos somaram o maior valor em vendas, principalmente devido ao crédito facilitado. Mas, com certeza, chocolates, guloseimas e produtos da agroindústria foram os itens mais populares do evento.



Um passeio pelo Espírito Santo



Região do Caparaó

O meio rural tem elevada importância para o desenvolvimento desta região, haja vista que o setor agropecuário tem uma força econômica (26% do PIB regional) três vezes maior que a média capixaba, que é de 8,8% do PIB do estado. São dez municípios em que mais de 86% das propriedades são de base familiar. O município de Muniz Freire e o Consórcio Caparaó representaram a região na Feira dos Municípios.



[66] Aguas do Rio Doce



Milhares de visitantes puderam compartilhar da alegria dos moradores dos 32 diferentes municípios que montaram estandes na Feira dos Municípios, em sua volta depois de doze anos ausente do calendário capixaba de eventos.

Lá estavam as tradições, paisagens, atividades econômicas e o jeito de ser de cada região. Foi o modo de sentir um pouco a presença de todo o povo capixaba reunido em uma demonstração viva. Além disso, os visitantes saborearam a riqueza da culinária capixaba de diferentes locais e curtiram mais de quarenta apresentações culturais e folclóricas de música, dança, teatro e performances. Dava ainda para comprar artesanato ou produtos das agroindústrias e conhecer um pouco mais das terras capixabas.

O evento foi denominado Mostra de Integração Municipal pelo Desenvolvimento Rural. Os estandes foram agrupados segundo as regiões do Novo Pedeag.



Região Serrana

Composta por treze municípios, é a região do Espírito Santo onde o setor agropecuário é mais significativo, representando 43% do PIB regional. Sua beleza natural e proximidade com a Grande Vitória possibilitam uma forte atividade turística, amplamente divulgada na GranExpoES pelos seus municípios representantes: Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Venda Nova do Imigrante, Santa Teresa, Afonso Cláudio, São Roque do Canaã e Itarana.



"Torna-se mais uma vez evidente o respeito e a valorização que o Governador Paulo Hartung tem dispensado aos municípios capixabas, principalmente ao interior do estado. Graças a atitudes de resgate de eventos como a Feira dos Municípios, temos novamente a oportunidade de destacar nossos produtos e nossos produtores, os grandes homens do campo, que na oportunidade se sentiram reconhecidos e valorizados. As ações do município somadas com as ações do governo e a adesão dos nossos trabalhadores tomaram proporções marcantes. A junção dessas forças tem uma sinergia que cada vez mais impulsiona nossa administração a trabalhar, apoiar e fomentar a agricultura em nosso município."

Wilson Costa é Prefeito de Afonso Cláudio



Região Sul

Com 439 mil habitantes, é a região do Novo Pedeag (considerando apenas o interior do estado) com maior número de moradores. Mas é também onde o setor agrícola tem menor participação na economia regional. São dezessete municípios que têm o seu forte nos setores de serviços e de indústrias, com forte pressão sobre os recursos naturais. Esteve representada na Feira dos Municípios por Cachoeiro de Itapemirim e Anchieta.



Região Polo Colatina e Região Noroeste

De um lado, o Polo Colatina, com a segunda maior densidade demográfica do interior do Espírito Santo, 178 mil habitantes em pouco mais de 4 mil quilômetros quadrados. De outro lado, o oposto, com cerca de 200 mil habitantes ocupando quase o dobro daquela área, a região Noroeste. As duas envolvem dezessete municípios e foram representadas no evento por Marilândia, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Baixo Guandu.



Região Polo Linhares e Região Litorânea Norte

As duas regiões foram reunidas em um único conjunto de estandes por possuírem diversas características semelhantes em termos culturais e de produção agrícola. Juntas compreendem catorze municípios, que se destacam nas cadeias produtivas da silvicultura (no caso, produção de eucalipto) e da fruticultura (com mamão, maracujá, abacaxi e goiaba, principalmente).

No evento, foram representadas pelos municípios de Aracruz, Ibirapu, Jaguaré e Linhares, através da Brapex (Associação Brasileira dos Exportadores de Papaya, com sede em Linhares).



região Metropolitana

Quem disse que não existe agricultura na Grande Vitória? O visitante da GranExpoES pôde ver muito bem que apesar de ser altamente industrializada, com porcentagem de população rural bem pequena, a Região Metropolitana tem uma forte ligação com o negócio rural. É a principal porta de escoamento das mercadorias produzidas na roça e nas agroindústrias, concentrando entrepostos, mercados, centrais de abastecimento, complexo portuário, empresas exportadoras, instituições e empresas de fomento e apoio ao setor.

À exceção de Vitória, que não possui um único centímetro quadrado de zona rural, as cidades do entorno ainda guardam cantinhos deliciosos, e mostraram isso em seus stands com a elegância de cidade grande e todo o charme de interior. À capital, coube demonstrar a hospitalidade capixaba, provando que recebe o turista de braços abertos.



Neucimar Fraga*

Participação à altura de Vila Velha

Vila Velha teve uma presença de destaque no evento que marcou a volta da tradicional Feira dos Municípios, mostrando aos visitantes porque é uma das cidades mais representativas do novo Espírito Santo. Foi uma grande oportunidade para divulgarmos nossas riquezas, nossas tradições, nossa cultura, nossa vocação turística e o nosso potencial de desenvolvimento. Foi um momento feliz, de congraçamento e troca de experiências entre os municípios que fazem parte dessa grande família capixaba.

Hoje, com as inovações administrativas que introduzimos na prefeitura, a imagem da cidade mudou. Estamos construindo uma Vila Velha mais moderna, com serviços públicos mais eficientes, melhor infraestrutura urbana, melhor qualidade de vida, com planejamento e mais oportunidades para todos. A cidade retomou o ritmo de crescimento, resgatou sua credibilidade junto aos setores produtivos e já ocupa um lugar de destaque no mapa de desenvolvimento do Estado, um lugar merecido, à altura de sua importância histórica e contemporânea.

Vila Velha é a maior produtora de chocolate da América do Sul; tem os pontos turísticos mais visitados do Espírito Santo; sedia o maior número de empresas de fabricação e comercialização de roupas do Estado; tem um dos mais competitivos complexos portuários do Brasil; tem inúmeras áreas disponíveis para zoneamento industrial; tem a infraestrutura logística mais competitiva do país; tem localização geográfica privilegiada e tem um grande futuro pela frente, já planejado até o ano de 2025.

*Neucimar Fraga é Prefeito de Vila Velha





Comunicação rural

Temas são abordados com maior frequência e complexidade na imprensa

Franco Fiorot*

O pioneirismo do jornalismo centrado na divulgação da pesquisa agropecuária no Brasil tem a contribuição de alguns veículos. Destacam-se entre eles a revista *A Lavoura*, órgão oficial da SNA – Sociedade Nacional da Agricultura, a mais antiga do agronegócio brasileiro, com sua primeira edição em maio de 1897; o suplemento agrícola do jornal *O Estado de São Paulo*; e mais recentemente o programa *Globo Rural*, da Rede Globo, importante escola do jornalismo agrícola do país. A revista *Globo Rural* também teve importante contribuição no debate e divulgação da ciência, tecnologia e cultura rural brasileira, assim como a revista *Balde Branco*, especializada na pecuária de leite.

No Espírito Santo, importante polo do agronegócio nacional, o jornalismo agrícola também começa a ganhar força. O pioneiro no estado foi o programa *Jornal do Campo*, da TV Gazeta, afiliada da Globo, que surgiu antes mesmo do programa *Globo Rural*, mostrando a realidade da agricultura capixaba e suas inovações, aos domingos pela manhã. Nos últimos anos, algumas emissoras de rádio e tevê abordam a agricultura em horários específicos durante a programação semanal.

Observando a necessidade de abordar o segmento agropecuário com mais frequência e maior complexidade, em agosto de 2007 a *Campo Vivo Comunicações* iniciou suas atividades no município de Linhares, norte capixaba, considerado um dos polos do agronegócio brasileiro. Atualmente, a empresa atua em três veículos.

O Portal *Campo Vivo* (www.campovivo.com.br) é atualizado diariamente com notícias do setor agropecuário do estado do Espírito Santo e do país. Após dois anos de atividades e com cerca de oito mil acessos únicos por mês, o Portal é considerado, por produtores, profissionais e lideranças capixabas, importante fonte de informação diária.

Assim como o programa radiofônico da *Campo Vivo*, transmitido de segunda a sexta-feira, de 17h 45min às 18h, pela Rádio Globo Linhares, que traz diariamente notícias, entrevistas, cotações, previsão do tempo, agenda rural e outros temas em pauta no setor.

A repercussão das informações transmitidas pela *Campo Vivo* para todo estado fez com que, em 2009, a empresa lançasse mais um importante veículo de comunicação para os capixabas: a revista *Campo Vivo*. Seguindo a linha de jornalismo, especializada na cobertura da agropecuária capixaba, a revista traz, trimestralmente, em cada edição, um conteúdo diversificado, com reportagens especiais direcionadas para todos que trabalham com o agronegócio, além de artigos técnicos, entrevistas, crônicas, etc.

Em Linhares, a revista *ProCampo* e o jornal *Mundo Rural* também publicam artigos e notícias relacionados ao setor agrícola.

Reunindo rádio e tevê na internet, a Rede Agricultura (www.redeagricultura.com.br) realiza um trabalho importante em prol da comunicação rural. Surgiu com o objetivo de fortalecer e ampliar a difusão

das notícias relacionadas ao mundo agropecuário, segundo as diretrizes do Novo Pedeag – Novo Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba.

Noticiário de hora em hora, flashes minuto a minuto, telejornal rural, debates sobre temas do universo agropecuário, entrevistas especiais, transmissão ao vivo de eventos institucionais, previsão do tempo e cotação do mercado agrícola comentada são alguns dos destaques da Rede, que é vinculada à Secretaria de Agricultura do Espírito Santo.

O jornalismo agrícola no Espírito Santo segue a tendência da segmentação da informação, possibilitando maior visibilidade para as seletas coisas do mundo rural, e quem irá colher os resultados são os atores do agronegócio capixaba.

“O jornalismo agrícola possibilita maior visibilidade para as seletas coisas do mundo rural.”

* Franco Fiorot é jornalista agrícola, diretor da *Campo Vivo Comunicações*, sediada em Linhares

Impulsionada pela mídia eletrônica, comunicação ganha força no meio rural



Crescem a cada dia os espaços para o meio rural na mídia. Não só para dar ao público geral notícias sobre os acontecimentos do campo, mas principalmente para levar informação a produtores, trabalhadores e outros elos das diversas cadeias produtivas.



O crescimento do jornalismo agrícola no Brasil acompanha o progresso do setor agropecuário em cada canto do país. Esta vertente da comunicação compreende o trabalho jornalístico focado nos acontecimentos do negócio rural veiculado em diferentes meios de comunicação. Existem programas específicos de rádio e TV, cadernos em veículos impressos, mas há também jornais, revistas e

mesmo canais por assinatura, como o Canal Rural, que possuem toda a sua programação voltada para temas relativos ao setor agropecuário.

Mas é a internet a grande aliada da comunicação no campo. São dezenas de sites especializados no país e consultá-los já está se tornando um hábito entre produtores nos mais remotos grotões, o que até pouco tempo era algo inimaginável. As propostas de inclusão digital no meio rural fazem parte de programas de governo, das entidades de classe como CNA – Confederação Nacional da Agricultura – e Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, além de receber apoio de instituições como Fundação Banco do Brasil e outras.

A grande divulgação obtida pela GranExpoES, tanto na mídia comum como na mídia especializada, é prova da força do setor. Foram centenas de matérias e notas publicadas sobre o evento, sendo 86 na mídia impressa, 14 matérias em emissoras de tevê e rádio, incluindo pelo menos quatro flashes ao vivo em tevê, e mais de quatrocentas matérias em sites especializados na internet. As revistas *ProCampo* e *Campo Vivo*, ambas de Linhares, no norte do estado, publicaram matérias de destaque.

Os sites *Campo Vivo* e *Rede Agricultura* transmitiram ao vivo e publicaram diversas matérias por dia durante o evento pela internet. O site próprio do evento, www.granexpo.es.com.br, teve aproximadamente 22 mil exibições de páginas no período entre 12 e 24 de agosto, sendo cerca de 6,2 mil visitantes únicos, com alto índice de aceitação entre os internautas. Essa repercussão foi fundamental para o sucesso do empreendimento neste ano, e para a construção dos próximos, dando ainda mais força ao evento de todos os capixabas.



A gente se vê em 2010

Marque na sua agenda.

De 10 a 15 de agosto

GranExpoES 2010

PROJETO
Águas do Rio Doce

extrema
EVENTOS E PARTICIPAÇÕES



Espaço das Águas



Ações conjuntas

Pesquisadores conquistam recursos para a bacia do Doce

Os pesquisadores das instituições mineiras e capixabas que atuam na bacia do rio Doce estão comemorando uma importante conquista. Uma parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, através do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – e do CT-Hidro – Fundo Setorial de Recursos Hídricos; as secretarias de estado de Ciência e Tecnologia, por meio da Fapes – Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo, e da Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – permitiu o lançamento conjunto de editais com investimento da ordem de R\$ 3 milhões. Os recursos financiarão projetos de pesquisa que visem à proteção, gestão e o uso racional e sustentável dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce. Um dos grandes méritos do edital conjunto é permitir a interdisciplinaridade, independentemente da linha temática da pesquisa, indo além de aspectos de engenharia e ecologia.

Do total de recursos investidos, R\$ 1 milhão são do Governo de Minas Gerais, R\$ 500 mil do Governo do Espírito Santo e R\$ 1,5 milhão do CT-Hidro. Os editais foram fomentados pelos próprios pesquisadores e pelo sistema de gerenciamento de recursos hídricos, através da CTI-

Doce – Rede Ciência, Tecnologia e Inovação da Bacia do Rio Doce. A ação vai permitir que a rede se consolide efetivamente, após quase cinco anos de atuação informal, com o apoio do Projeto Águas do Rio Doce.

O que é a Rede CTI-Doce

A Rede CTI-Doce procura integrar o professor/pesquisador, o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e as secretarias

a participação do presidente do CT-Hidro, de representantes de várias instituições de P&D dos dois estados, bem como de representantes de setores beneficiários dos produtos da rede.

O Projeto Águas do Rio Doce exerce atualmente o papel de secretório executivo e de gestão da informação, apoiando e viabilizando administrativamente ações da rede.

Tal estrutura foi viabilizada através do Projeto de Pesquisa Gestão da Informação Científicotecnológica sobre Recursos Hídricos da Bacia do Doce, com financiamento da Fapes.

A rede CTI-Doce tem hoje como instituições membros: Ufop – Universidade Federal de Ouro Preto, UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, UFV – Universidade Federal de Viçosa, Unifei – Universidade Federal de

Itajubá – e Univale – Universidade do Vale do Rio Doce – em Minas Gerais; Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural, Ifes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – e Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo – no Espírito Santo.

Os editais estão disponíveis nos sites das fundações (www.fapemig.br e www.fapes.es.gov.br). Mais informações sobre a rede no site www.redectidoce.org.br.



Legenda: Os resultados dessa iniciativa pioneira entre os dois estados vão trazer benefícios para as comunidade capixabas e mineiras da bacia do rio Doce (Foto: Cláudio Costa)

de Ciência e Tecnologia.

O processo de formação da Rede CTI-Doce teve início em uma reunião técnica, como parte da programação técnicocientífica do 1º Fórum das Águas do Rio Doce, em março de 2005, em Governador Valadares, envolvendo algumas instituições de P&D – Pesquisa e Desenvolvimento. As ações de mobilização foram crescendo até que finalmente no 2º Fórum das Águas do Rio Doce, em Colatina/2006, houve

Instituto Biolago

Ações de conservação ambiental caracterizam o perfil da jovem ONG

A ONG Instituto Biolago possui pouco mais de um ano e desde sua criação vem atuando efetivamente na realização de ações em busca da preservação do meio ambiente, não só na cidade de Linhares e seu entorno, como em outras cidades da bacia do rio Doce e em todo o estado do Espírito Santo.

Através de um trabalho de mobilização feito pelo ambientalista Antônio Ruy, em parceria com o Projeto Águas do Rio Doce, o Instituto Biolago foi apresentado à comunidade durante o 4º Fórum das Águas do Rio Doce, em abril de 2008, em Linhares/ES.

O Instituto Biolago trabalha sempre em parceria com a comunidade, colaboradores voluntários que contribuem para que a ONG participe de projetos e eventos ligados ao meio ambiente.

Este ano o Biolago organizou a III Caminhada Ecológica, em comemoração aos 192 anos da Comunidade Nossa Senhora da Conceição, com a presença de mais de quinhentas pessoas, num percurso de quatorze quilômetros.

Outra ação local foi o Mutirão de Limpeza em Pontal do Piranga. Promovido por uma empresa da cidade, o evento reuniu centenas de voluntários, mobilizados pelo Instituto

Biolago, com o objetivo de conscientizar os moradores das margens de praias e rios sobre a conservação do meio ambiente e os participantes sobre o trabalho em equipe.

“É preciso que a sociedade se envolva de forma planejada, despertando uma nova consciência coletiva para a necessidade de mudança em nossos hábitos e costumes, possibilitando assim um ambiente melhor de se viver para as presentes e futuras gerações”, diz Antônio Ruy.

A ONG também participou de outros importantes eventos no Espírito Santo. Foi à Feira do Verde, que este ano teve como tema central as bacias hidrográficas; participou do VII Congresso Nacional de Ecoturismo e do III Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo, realizados em Unidades de Conservação no Espírito Santo.



3ª Fórum Regional sobre incentiva criação de políticas públicas



A terceira edição do Fórum Regional de Mudanças Climáticas, realizada em setembro, na cidade de Ipatinga-MG, consolidou o evento como um dos mais respeitados da área ambiental de Minas Gerais. Com o tema "Riscos, Necessidades e Emergências para um Planeta em Crise", teve como principal resultado o Protocolo de Intenções para a criação de uma Política Municipal de Mudanças Climáticas, que busca caminhos para a construção de um Plano Estratégico para o Leste Mineiro.

O evento contou com a participação de pesquisadores e ambientalistas especialistas em clima, acadêmicos, conferencistas, prefeitos e secretários de governo de diversos municípios do leste mineiro, representantes de

associações, jornalistas, diretores e funcionários de empresas ligadas à siderurgia, metalurgia, papel e celulose.

Realizado pelo Instituto Eco-futurismo, em parceria com o Projeto Águas do Rio Doce, o Fórum de Mudanças Climáticas mostrou ações efetivas de instituições públicas e privadas, como o Projeto Rio Doce Limpo, da Cipe Rio Doce – Comissão Interpalarmentar de Estudos sobre a Bacia do Rio Doce, e o ClimAgora – Centro de Estudos Climáticos e Previsão do Tempo, que utiliza ferramentas tecnológicas para monitorar e prever intempéries climáticas, antecipando informações capazes de salvar vidas e patrimônio ao alertar os governos municipais e a Defesa Civil.

Outras importantes temáticas

apresentadas pelos apoiadores durante o evento foram: o MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – e os empreendimentos economicamente viáveis, socialmente inclusivos e ambientalmente corretos; a situação do comércio mundial de emissões e as potencialidades de Minas Gerais para projetos de MDL; como os impactos e as mudanças climáticas influenciam no meio ambiente, no homem e nas doenças infecciosas; a geração de créditos de carbono pela conservação e proteção das florestas tropicais existentes na região; a redução dos impactos climáticos a partir do uso de fertilizantes de baixa emissão; e os benefícios socioclimáticos da regularização ambiental em propriedades rurais.

Mudanças Climáticas

Instituto Eco-futurismo

OPINIÃO

"Os gestores dos municípios do Vale do Aço têm suas dificuldades para alavancar o processo de mudança. Porém, estão dispostos a se comprometer com o processo e aceitar a colaboração do setor produtivo e da sociedade civil organizada. Vamos buscar, portanto, soluções conjuntas para o aquecimento e as mudanças climáticas."

Willian Melo, coordenador do Instituto Eco-futurismo, organizador do Fórum Regional de Mudanças Climáticas

"Devemos conciliar a produção com seus impactos ambientais e sociais. Devemos construir uma nova economia, onde haja ética do valor global da biodiversidade, alterar

nossos padrões de consumo e equacionar as compensações financeiras decorrentes da não emissão dos gases de efeito estufa."

José Aroudo Mota, diretor de Meio Ambiente do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

"Não existe uma cartilha pronta e inequívoca no combate às mudanças climáticas. Para podermos agir é preciso determinar antes qual a nossa real situação e seu impacto ambiental, e só então começarmos a traçar planos para reduzi-los. As empresas e os governos devem tirar um raio X de suas atividades. Os governos têm de prover uma estrutura política e de regulação

estável, por meio da qual os negócios possam planejar suas ações no futuro. Devemos colocar a mão na massa e utilizar os recursos que as novas tecnologias podem trazer."

Virgílio Medeiros, engenheiro de Tecnologia e Normalização da área de alternativas energéticas da Cemig

"O poder público deve liderar os movimentos sociais e ambientais, despertando as novas gerações com a educação ambiental para evitar as catástrofes que estamos assistindo."

José Euler, prefeito de Mesquita e presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço



Seis representantes do Poder Público assinaram o Protocolo de Intenções com o objetivo de criar e/ou apoiar a criação e implementação das políticas municipais de mudanças climáticas na região do leste mineiro, até dezembro de 2012:

Robson Gomes, prefeito de Ipatinga; José Euler, prefeito de Mesquita e presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço; Frederico Martins, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Timóteo; Cecília Ferramenta, deputada estadual e coordenadora da Cipe Rio Doce; Rosângela Reis, deputada estadual e vice-coordenadora da Cipe Rio Doce; José Aroudo Mota, diretor de Meio Ambiente do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, representante do Governo Federal.

Diretrizes do Protocolo de Intenções:

As mudanças climáticas deverão fazer parte da agenda municipal; Os projetos deverão obedecer ao tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental e suas interrelações; Cuidar dos resíduos do município de maneira sustentável; Incentivar o uso de aquecedores solares nas residências e prédios públicos; Cuidar da água como o bem mais precioso do município; O transporte público de qualidade deverá ter prioridade.

MAS ÁGUAS do DOCE



1 Geração Futura – Jovem monitora da Escola Lacy Zuleica Nunes

2 Presidente da Trop Brasil, Alexandre Guimarães, com os coordenadores da GranExpoES e do Projeto Águas do Rio Doce, Zaira e Pedro Paulo

3 Turma da Selita durante a GranExpoES – brindes para a criança

4 Deputado federal mineiro, Leonardo Monteiro, observa o Atlas da Bacia

5 Napoleão Penna (Sindicafé) com Gilmar Dadalto (Seag) e Antônio Elias (Incaper)

6 Edmilson Teixeira, coordenador da GranExpoES e do Projeto Águas do Rio Doce: conquistas na área técnicocientífica

7 Senhor Zaca, ambientalista convicto, acredita no desenvolvimento sustentável

8 Alegria no Espaço CafES – companhias agradáveis e um bom café capixaba

9 Maria Tereza Zaggo (Senar) não abria mão do seu cafezinho

10 O bom gosto do Espaço CafES na GranExpoES

atraiu a professora Renata Hermann de Almeida (arquiteta e urbanista/Ufes) e seu pai, Ricardo Almeida, produtor rural de Santa Leopoldina, para tomar um belo *drink* feito com café

11 Jovens da Fanfarra Municipal de Alfredo Chaves no lançamento do programa Produtores de Água

12 Turma da Coopfrut, em Conselheiro Pena, MG, recebendo a visita do representante da Trop Brasil, Adriano de Souza durante a safra de manga ubá.

13 Jorge Saiter (Agrotures) e Célia Kiefer (Seag) com o deputado estadual capixaba César Colnago, visitando a ExpoFlorES

14 Deputado estadual mineiro, José Henrique, em reunião da Cipe Rio Doce, durante a GranExpoES

15 Vandinho, o escultor da praia de Castelhanos deixou sua marca na GranExpoES

16 Zezinho Boechat (Extrema Eventos) e Sheila – vovô e vovó orgulhosos dos netinhos

17 Governador Paulo Hartung e a primeira dama Cristina Gomes, posam com a Rainha do

Chocolate, de Vila Velha

18 Senador capixaba Renato Casagrande faz um brinde com mocha no Espaço CafES

19 Pedro Cani (Seag) e Antônio Elias (Incaper) com Bruno Silveiras (Secretaria de Agricultura de Serra)

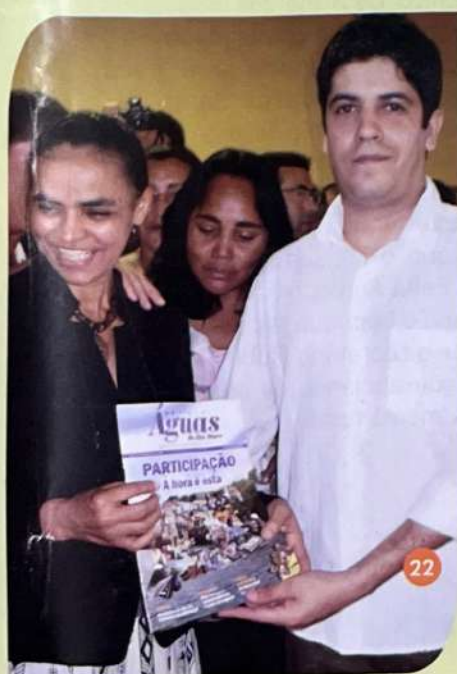
20 Vitor Feitosa (MMX) e Marco Sena (Prefeitura de Ipatinga, MG): em 2010 tem Fórum das Águas novamente

21 Eliezer Batista, sempre admirado na bacia do rio Doce

22 Senadora do Acre, ex-ministra Marina Silva, recebe a REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE das mãos de Willian Melo (Eco-futurismo)

23, 24 e 25 Gente nossa – Samira Saleme e Carlos Alberto Fontainha, em evento recente. – Eri Pimenta e Rhane Eustáquio, ambientalistas do rio Doce. – Pedro Fabiano e Gessiano Nunes na montagem da Fazenda Ecológica.

26 Patricia Boson, presença constante na gestão das águas do Paraíba do Sul e Doce.





Valorização do meio rural

Cariacica estimula qualidade de produtos e apoia produtores

INFORME

Não se pode falar em agroturismo na Grande Vitória sem citar Cariacica. Tampouco se pode esquecê-la se o assunto for produtos orgânicos e agroecológicos. O município é ainda o único no estado habilitado no Programa de Aquisição de Alimentos, do Governo Federal, com investimentos de R\$ 1,7 milhões. Cariacica tem orgulho de sua área rural, apesar de ter menos de 3% da sua população morando ali. A administração investe forte em parcerias visando fixar e até mesmo promover o retorno das populações para o campo.

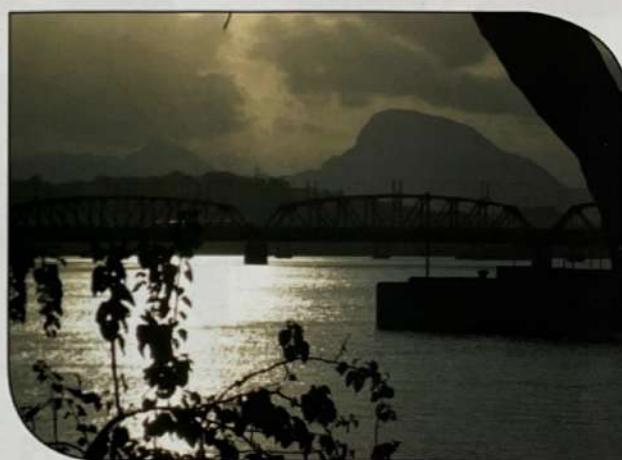
Sebrae e Associação de Agroturismo da Região Metropolitana são parceiros no fomento a esta atividade que só no Vale do Mochuara completou um milhão de visitantes. A prova da qualidade do agroturismo de Cariacica foi o sucesso da participação do município no Programa Sabores do Campo, realizado no Horto Mercado, em outubro. Além das delícias produzidas na roça, o artesanato com subprodutos do meio rural também encantou o público.

Para tranquilidade dos turistas que visitam o município e dos produtores rurais, estão sendo feitos inúmeros investimentos em pavimentação de estradas rurais. A parceria com o Governo do Estado, através do programa Caminhos do Campo, ligará Cariacica sede a Duas Bocas; Novo Brasil a Alto Roda D'água; Bubu ao Vale do Mochuara; Areinha a Duas Bocas e muitos outros trechos.

O MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – é o parceiro no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. São 211 produtores cadastrados fornecendo hortaliças, frutas, galinhas, ovos caipiras e outros produtos para Apae, asilos e outras entidades de assistência social. Cada produtor pode comercializar até um

salário mínimo. O programa estende-se a municípios vizinhos como Viana, Guarapari e outros.

O programa de merenda escolar, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o MEC – Ministério da Educação, estimula a produção rural e melhora a qualidade da alimentação oferecida nas escolas. No mínimo 30% dos alimentos adquiridos pelas escolas do município devem ser produzidos por produtores locais.



Vista do Mochuara ao pôr do sol.

"No princípio as escolas tinham resistência, mas hoje é unânime a percepção da importância do programa", explica o coronel Élcio Rubim, secretário de Agricultura de Cariacica.

Da mesma forma, são vitoriosos os programas como Horta Escolar e Horta Comunitária, que valorizam o trabalho com a terra junto a crianças e jovens. A prefeitura fornece ferramentas, sementes, mangueira para irrigação e apoio técnico. Os alimentos produzidos são divididos entre os moradores da comunidade.

Mas a grande vedete de Cariacica é a Feira Agroecológica. Todo sábado, no bairro Santa Fé, em Campo Grande, vinte produtores de orgânicos e naturais comercializam seus produtos, com qualidade garantida. Uniformizados e bem organizados, os produtores já conquistaram a confiança dos consumidores. "Depois que o consumidor começa a adquirir os produtos da Feira Agroecológica não quer mais parar, pois reconhece o bem que faz à sua saúde e de sua família", conclui o secretário Rubim.

Assim, Cariacica segue apoiando os produtores e estimulando o desenvolvimento rural.



Programas incrementam consumo com qualidade

toda empresa

PODE ter Unimed.

Sim, você pode ter o melhor plano de saúde do Estado na sua empresa. Aproveite as condições especiais e os benefícios que só a Unimed Vitória pode oferecer. São mais de 2.200 médicos à disposição dos seus funcionários, e uma rede de atendimento incomparável. Confira:

- Hospital Próprio - Cias
- Maior e melhor Centro de Diagnóstico do Estado
- 2.200 médicos
- 6 unidades de especialidades do Fácil
- Segurança da maior cooperativa médica do mundo
- Programa de medicina preventiva
- Mais de 250 mil clientes
- Cobertura em todo o território nacional

Ligue agora e proteja a saúde dos seus funcionários e de sua empresa.



vendas:
27 3134-5000

**A gente investe em
pesquisa para o campo
colher produtividade
e sustentabilidade.**



A Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sect) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes) investem em pesquisas voltadas para a produtividade e a sustentabilidade do campo. Tudo isso para melhorar os produtos agrícolas, aumentar a competitividade, gerar mais renda para os agricultores e qualidade de vida para todos.

Fundação
de Amparo à Pesquisa
do Espírito Santo - FAPES

Secretaria
de Ciência e
Tecnologia

UM NOVO
ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado